GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

Mensagem do Governador

2015

MSG GOVMT MMXV

Governo do Estado de Mato Grosso

José Pedro Gonçalves Taques
Governador do Estado de Mato Grosso

Carlos Henrique Baqueta Fávaro
Vice-Governador do Estado de Mato Grosso

Paulo Cesar Zamar Taques
Secretário-Chefe da Casa Civil

Antônio Ribeiro Leite - Cel. PM
Secretário-Chefe da Casa Militar

Mauro Zaque de Jesus
Secretário de Estado de Segurança Pública

Marcio Frederico de Oliveira Dorileo
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Marco Aurélio Marrafon
Secretário de Estado de Planejamento

Paulo Ricardo Brustolin da Silva
Secretário de Estado de Fazenda

Ciro Rodolpho Pinto de Arruda Siqueira Gonçalves
Secretário Controlador-Geral do Estado

Suelme Evangelista Fernandes
Secretário de Estado de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária

Seneri Kernbeis Paludo
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

Valdiney Antônio de Arruda
Secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social

Marcelo Duarte Monteiro
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Permínio Pinto Filho
Secretário de Estado Educação

Júlio Cezar Modesto Santos
Secretário de Estado de Gestão

Marco Aurélio Bertulio das Neves
Secretário de Estado de Saúde

Jean Marcel da Silva Campos
Secretário Extraordinário do Gabinete de Comunicação, da Casa Civil

Patryck de Araújo Ayala
Procurador-Geral do Estado

Ana Luiza Ávila Peterlini de Souza
Secretária de Estado do Meio Ambiente

Leandro Faleiros Rodrigues Carvalho
Secretário de Estado de Cultura, Esportes e Lazer

Adriana Lúcia Vandoni Curvo
Secretária Extraordinário do Gabinete de Transparência e de Combate à Corrupção, da Casa Civil

Luzia Helena Trovo
Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia

Eduardo Cairo Chiletto
Secretário de Estado das Cidades

José Arlindo de Oliveira Silva
Secretário Extraordinário do Gabinete de Governo, da Casa Civil

Eduardo Alves de Moura
Secretário Extraordinário do Gabinete de Desenvolvimento Regional, da Casa Civil

Gustavo Pinto Coelho de Oliveira
Secretário Extraordinário do Gabinete de Projetos Estratégicos, da Casa Civil

Apresentação

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores e Senhora Parlamentares,

É com grande satisfação que cumpro meu dever constitucional, na abertura dos trabalhos legislativos, e encaminho a esta Casa Cidadã a Mensagem do Poder Executivo de 2015, apresentando uma síntese do que foi alcançado em 2014, no âmbito das políticas públicas, e também, os principais desafios e prioridades para o meu primeiro ano de mandato, conforme carta de compromissos que apresentei à população mato-grossense, em meu plano de governo.

Neste momento de mudança política em Mato Grosso aproveito a oportunidade para expressar aos ilustres parlamentares o meu orgulho em governar este importante Estado da Nação, pois é uma imensa responsabilidade que recai sobre mim e toda a equipe que aceitou abraçar comigo o chamado para a vida pública.Com motivação enfrentaremos todos os desafios que se apresentam e, para isso, também conto com a parceria deste Parlamento.

Já neste primeiro mês de governo realizamos medidas importantes para organizar a máquina administra e garantir o funcionamento dos setores essenciais. Foram realizados remanejamentos de atribuições e competências da estrutura atual do governo, nos preparando desde já para a realização de uma ampla reforma administrativa que iremos apresentar a esta Casa e discutir com a sociedade, buscando aprimorar a gestão pública fortalecendo a eficiência, a transparência, a economicidade e a qualidade na oferta das políticas públicas a todos os mato-grossenses.

Definimos também providências necessárias para retomar a obra do Hospital Central, paralisadas há mais de 30 anos. A retomada desta obra além de ser uma determinação do Ministério Público Federal é, também, uma forma de honrar um antigo compromisso com o cidadão mato-grossense. Nós já finalizamos o projeto arquitetônico necessário para readequar a estrutura física existente, em decorrência do tempo que a obra esteve parada. Temos ciência que houve iniciativa nesta Casa para alocar recursos no projeto de lei do orçamento anual para atender esta demanda, entretanto, a proposta foi vetada. Mesmo assim estamos somando esforços dentre as possibilidades financeiras do Estado para concretizar esta obra e ampliar a oferta de serviços de saúde.

Nesta oportunidade destacamos que dedicaremos o ano 2015 à comemoração dos 150 anos de Marechal Rondon, ilustre mato-grossense, com feitos de reconhecimento mundial por seu papel de pacificador em conflitos de natureza diplomática e de proteção aos índios e à floresta. Foi o precursor do sistema brasileiro de telecomunicações ao implantar o telégrafo e se tornou um símbolo de orgulho para todos nós, com sua atuação em prol do desenvolvimento de nosso Estado. Difundiu nossa cultura e contribuiu para com a integração nacional do extenso território brasileiro, em tempos que havia pouca tecnologia e bases cartográficas.

Quero ainda destacar que, trabalharemos em consonância com o Legislativo e o Judiciário, em parceria com os Prefeitos e dialogando com toda a sociedade em busca de soluções para os problemas já identificados e no enfrentamento dos desafios futuros, promovendo o desenvolvimento de Mato Grosso e melhores condições de vida a todos os mato-grossenses.

Assim conto com o apoio desta Casa e com a confiança de nosso povo para juntos transformarmos a realidade do nosso Estado.

SUMÁRIO

CONTEXTO SOCIAL 6
Educação 6
Ciência e Tecnologia 27
Saúde 30
Segurança Pública 52
A DINÂMICA ECONÔMICA DO ESTADO 60
Turismo 74
Mercado de Trabalho 78
Transporte 79
FINANÇAS PÚBLICAS 85
Comportamento das Receitas 85
Comportamento dos Gastos 90

CONTEXTO SOCIAL

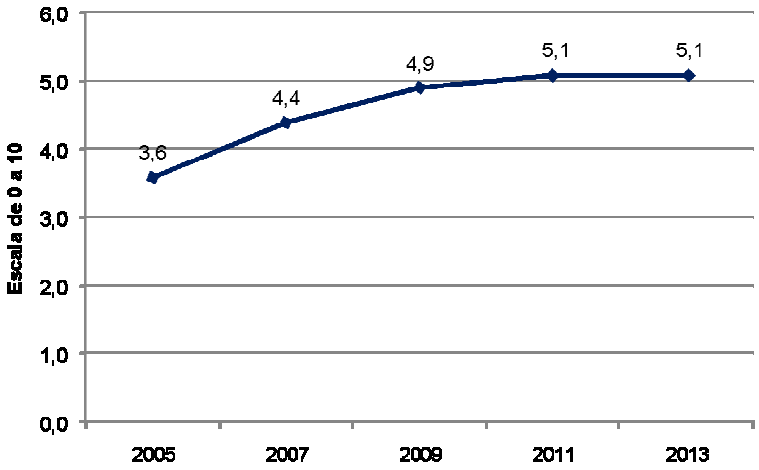
Educação

Os indicadores da educação básica, que abrange o ensino fundamental e o médio, ainda se encontram abaixo da média nacional, segundo o Plano de Longo Prazo (PLP) do Estado para os próximos 20 anos.

Dentre os indicadores mais relevantes para a orientação de nossas políticas públicas da Educação estão o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a proficiência em língua portuguesa e matemática. Em dados comparados, segundo o gráfico 01, entre 2009 a 2011, o IDEB aumentou 0,2 pontos, passando de 4,9 para 5,1 pontos, e na última avaliação (2013), não houve alteração no valor do IDEB, para os anos iniciais do ensino fundamental.

Considerando que a meta prevista no PLP para 2015 é de 5,2 pontos no IDEB, acredita-se que ela possa ser atingida de acordo com o planejado.

Gráfico 1 – Evolução do IDEB da educação básica nos anos iniciais do ensino fundamental, 2005/2013

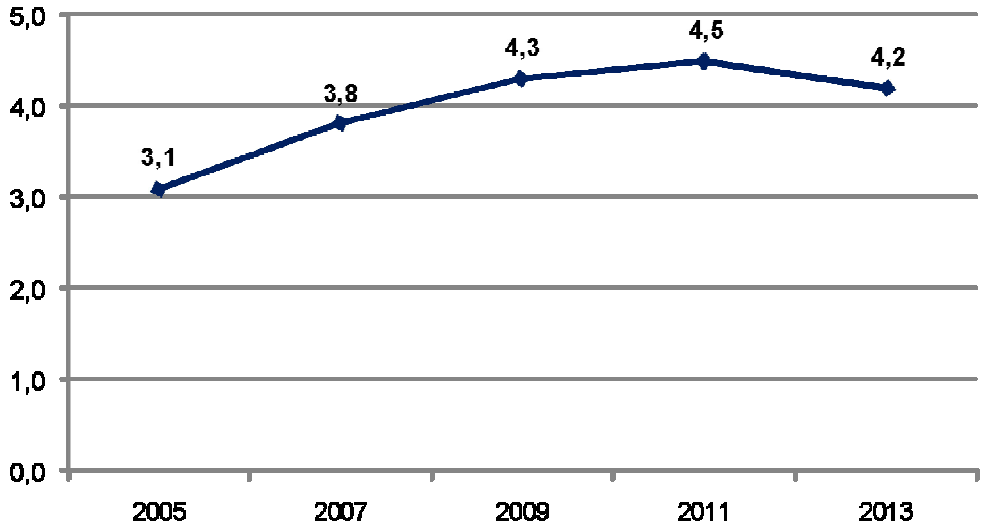


Fonte: INEP, 2014.

No entanto, é importante ressaltar que a observação da série histórica do IDEB identificou que houve melhor desempenho no fluxo escolar (oferta e permanência) que nos indicadores de proficiência. Assim medidas para corrigir fluxo são muito importantes para reduzirem os índices de evasão, reprovação, distorção idade-série/fase/ano e contribui para que o aluno ingresse em idade adequada no ensino médio. Mas os saltos de melhoria em nossos índices para o IDEB nesta etapa requer foco em ações de ensino para a proficiência.

Já o IDEB, nos anos finais do ensino fundamental apresentou queda no desempenho para o ano de 2013. Em 2009 o índice foi de 4,3, enquanto que em 2013, foi de 4,5 pontos. Ou seja, em um período de três anos houve uma queda de 0,2 ponto. A avaliação de 2013 mostrou que Mato Grosso está mais longe de se alcançar a meta - 4,6 pontos - nesta etapa de ensino, considerando que os resultados não têm apresentado crescimento linear (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução do IDEB da educação básica nos anos finais do ensino fundamental, 2005 – 2012



Fonte: INEP, 2014.

Destacamos alguns fatores que tem contribuído para o desempenho do IDEB, no ensino fundamental, destacaram-se:

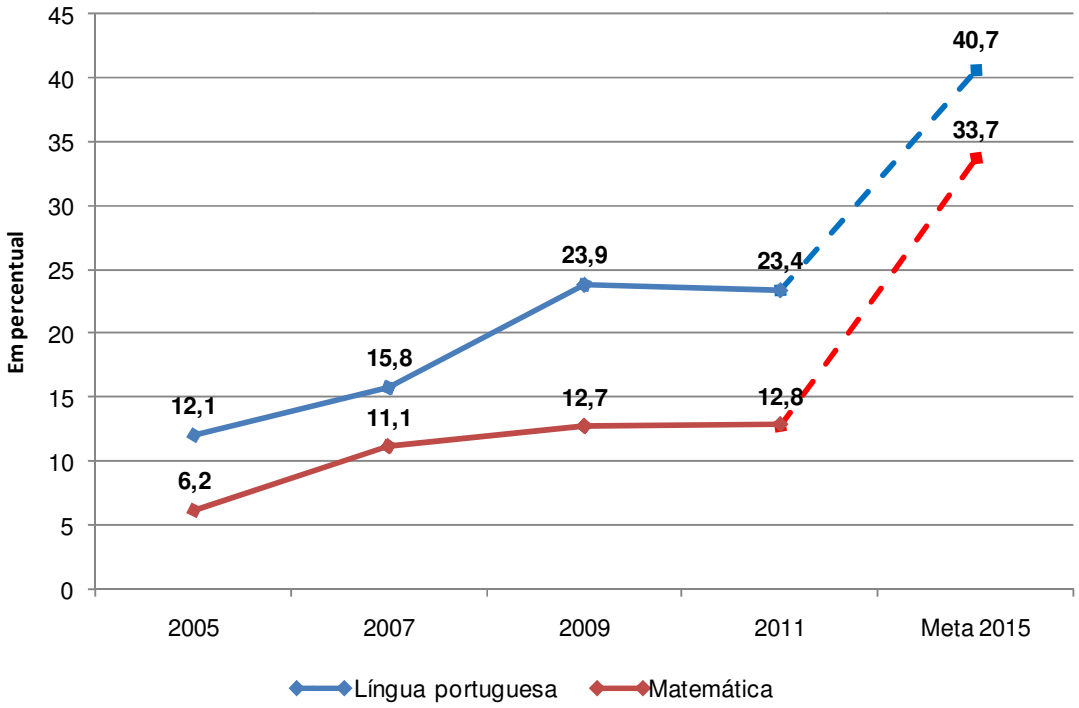
- programas de transferência de renda;
- adoção de novas diretrizes pedagógicas, tais como o ciclo de formação humana;
- fenômeno geracional;
- ascensão social da população de baixa renda
- melhoria do transporte para os alunos do campo.

Sobre os programas de transferência de renda, cabe ressaltar que apenas a exigência de frequência escolar para gozo do benefício do Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, já foi um fator que agregou na melhoria nos percentuais de permanência escolar, mas ainda precisamos avançar muito nos índices qualitativos.

Assim os exames de proficiência, aqueles que contribuem consideravelmente para a melhoria da qualidade do aprendizado, apresentaram melhorias significativas em língua portuguesa até 2009 (23,9%), com o melhor índice registrado desde 2005, gráfico 3, mas mesmo assim ainda estamos muito longe de alcançar a meta estabelecida de 40,7%, em 2015, o que nos exige uma melhoria em 17,3%.

Os resultados do aprendizado adequado em matemática também estão ainda muito abaixo da meta prevista para 2015 (33,7%), pois apenas 12,8% dos alunos apresentaram desempenho adequado em 2011. O movimento deste indicador evidencia um crescimento tímido da proficiência ao término do ensino fundamental. Entre 2009 e 2011, o indicador avançou apenas 0,1 ponto. Observa-se ainda, no gráfico 3, a situação de Mato Grosso, em relação à proficiência, é mais grave do que a do Brasil e a do Centro-Oeste.

Gráfico 3– Percentual de alunos com aprendizado adequado em matemática e língua portuguesa nos 8^0 e 9^0 anos do ensino fundamental.



Fonte: Todos pela Educação, 2011.

Quando abordamos o ensino médio, a fase de intermediação do futuro profissional dos jovens, servindo tanto de maior qualificação para o mercado de trabalho, como preparação para inserção no ensino superior, identificamos as altas taxas de abandono e reprovação.

Considerando o objetivo de se alcançar a meta 3 do Plano Nacional da Educação (a universalização do ensino médio até 2020 com taxa líquida de 85% de atendimento para faixa etária dos 15 a 17 anos), Mato Grosso aderiu em 2013 ao Pacto Nacional do Fortalecimento do Ensino Médio, que se destaca em cursos de aperfeiçoamento para todos os professores que atuam nesta etapa de ensino. Pautados na estratégia de proporcionar a oportunidade de qualificação e o estado de Mato Grosso aderiu ao Pacto.

No estado de Mato Grosso, a taxa líquida de matrículas no ensino médio evoluiu de 19% em 1995 para 60,6% em 2012. Este valor é superior ao observado para o indicador em nível nacional (54,4%). Segundo a SEDUC, é possível supor que este movimento tenha ocorrido pela chegada de alunos advindos da proposta pedagógica de ciclos de formação no ensino fundamental. No entanto é necessário avançar nas políticas de oferta e permanência nesta etapa de ensino.

Em Mato Grosso, o fortalecimento do ensino médio requer a participação de todas as instâncias responsáveis pela definição e pela execução das ações de educação, assim, além do MEC, o Pacto envolve a CAPES, a UFMT, a SEDUC, a UNEMAT, o Fórum Estadual de Formação, o Conselho Estadual de Educação, o Instituto Federal de Mato Grosso, os CEFAPROS, e todas as escolas de ensino médio da rede pública estadual.

O projeto de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio constante no pacto integra um conjunto de ações planejadas pelo MEC com fim último de garantir a qualidade do ensino ofertado, bem como, fomentar a educação em tempo integral nas escolas. Em relação à estratégia de “ampliar progressivamente a jornada escolar”, Mato Grosso também aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) para o período de 2009 a 2015. O Programa é uma ação de apoio proposta pelo Ministério da Educação nas escolas públicas induzindo a educação em tempo integral.

Na adesão do Estado ao Programa, participaram 07 escolas da rede que passaram a ofertar o ProEMI a 8.266 alunos matriculados com ampliação de carga horária de 800 para 1.000 horas/aula por ano. No ano de 2014, mais 17 escolas aderiram e o total de alunos atendido é de 21.050. De acordo com a SEDUC, a intenção é que em 2015 o ProEMI seja ampliado a mais unidades escolares da rede, inclusive escolas do campo, observando, é claro, as condições do transporte escolar, que deve ser feito em regime de cooperação com os municípios conforme preconiza o PNE.

Outra atuação com foco na melhoria do ensino médio relacionado à estratégia de "ampliar progressivamente a integração do ensino médio à educação profissional" é a participação no Programa "Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP)". O EMIEP teve o projeto piloto implantado em parceria entre SEDUC E SECITEC no ano de 2007, em escolas da rede estadual de 04 municípios.

Em 2009 a SEDUC aderiu ao Programa Brasil Profissionalizado, que surgiu com a finalidade de prover assistência técnica e financeira para ampliar e qualificar a oferta de educação científica e profissional de nível médio nas redes públicas estadual e federal. A adesão ao Programa Federal possibilitou a aquisição de equipamentos para prover laboratórios e acervo especializado para bibliotecas escolares. Houve então, a expansão do EMIEP para 34 escolas distribuídas em 24 municípios do Estado.

Gradativamente, a partir da intensificação da divulgação dos eixos tecnológicos possíveis, apresentados ao Catálogo Nacional de Cursos e do levantamento dos arranjos produtivos locais, a oferta se expandiu para 65 escolas em 41 municípios. No entanto, a motivação das unidades escolares em relação ao EMIEP tem se arrefecido um pouco em decorrência de dificuldades nas execuções das obras de laboratórios, visto que, por se tratarem de cursos técnicos é primordial uma infraestrutura adequada.

De acordo com a SEDUC, o Conselho Estadual de Educação (CEE) tem apontado fragilidades quando faz verificações *in loco* nas unidades escolares, seja para autorização de funcionamento dos cursos seja para renovação das autorizações já concedidas. Além disso, a Secretaria informou que há registro de altos índices de evasão em algumas localidades. Paralelamente, em localidades em que houve superação das dificuldades mencionadas e há renovação periódica dos cursos de EMIEP ofertados, a aprovação com proficiência, tem sido a tônica dos cursos, com a consequente correção de fluxo. As formações dos profissionais da rede também estão

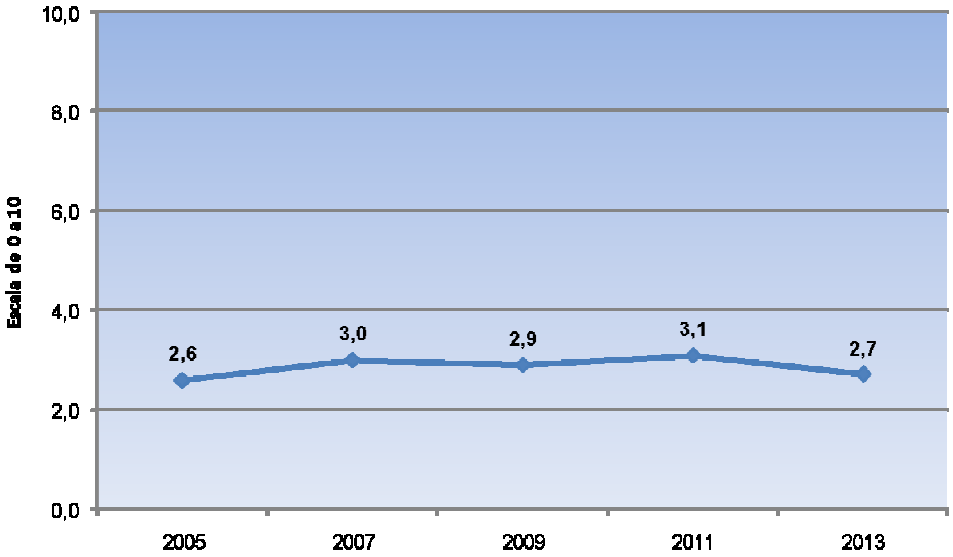
sendo discutidas por meio do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, visando à integração curricular da base nacional comum com a base técnica.

Além do EMIEP, o Estado fez adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Inicialmente foram pactuadas vagas para 23 municípios, abrangendo 5.256 vagas distribuídas entre cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e Cursos Técnicos de Nível Médio (TEC). As vagas foram ampliadas gradativamente e, no ano de 2014, houve oferta para todos os 141 municípios que atenderam 61.000 estudantes no total.

Os indicadores selecionados para avaliar o desempenho do ensino médio em longo prazo foram o IDEB e os indicadores de aprendizado adequado. Vejamos o que mostram esses indicadores no período analisado.

Em relação ao IDEB do ensino médio gráfico 4, observa-se uma curva ascendente do indicador entre 2005 e 2007. Contudo, se observarmos os dados da avaliação de 2013, nota-se uma queda de 0,4 ponto devido o registro da nota de 2,7. Esses dados sinalizam que, se permanecer o mesmo desempenho nas próximas avaliações, dificilmente o Estado conseguirá atingir a meta estabelecida para 2015 que é de 4,3 pontos, já que retomou o patamar de crescimento registrado em 2005.

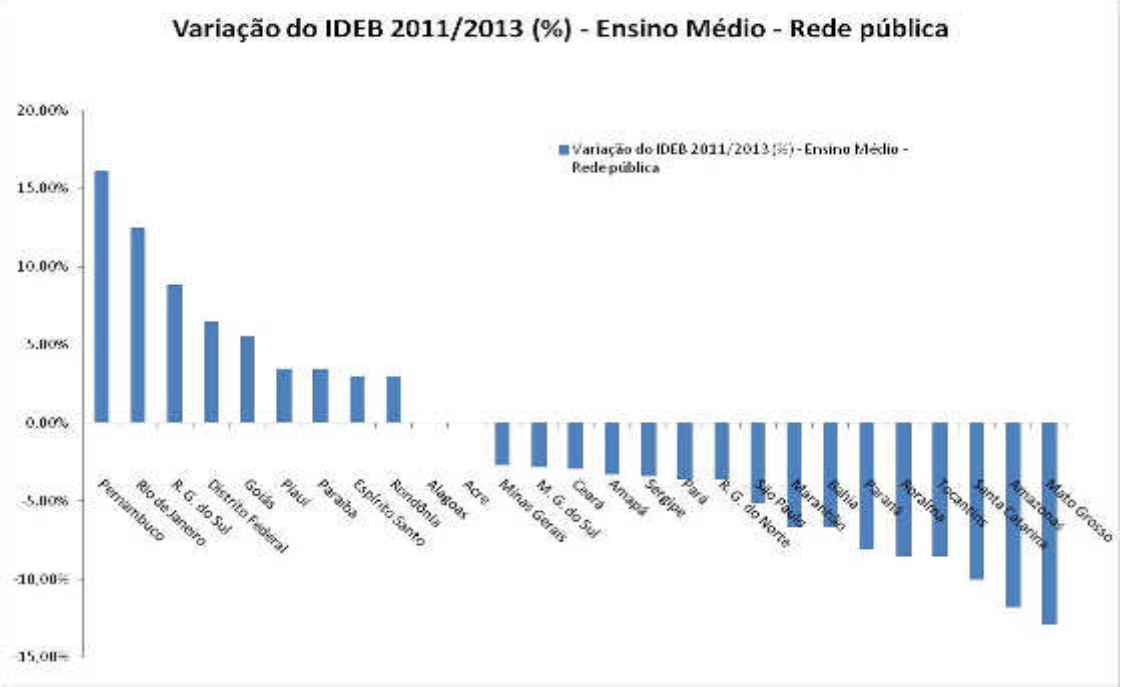
Gráfico 4 – Evolução do IDEB da educação básica no ensino médio, 2005/2013.



Fonte: INEP, 2014.

Cabe destacar ainda que a meta projetada para esta etapa em 2013 foi de 3,1 e que a nota de 2,7, alcançada pelo Estado nas escolas da rede pública, nos colocou na segunda pior colocação em comparação com os outros estados da federação.

Gráfico 5 – Variação do IDEB do ensino médio dos estados brasileiros, 2011-2013.



Fonte: INEP, 2014

Nota-se, portanto, que para o ensino médio a situação do IDEB é diferente daquela observada no ensino fundamental. Neste caso, o desempenho do indicador é inferior, inclusive com queda para o último período avaliado. Dentre outros motivos, podemos destacar alguns fatores de influência no movimento deste indicador:

- altas taxas de evasão escolar, sendo este o aspecto mais potencial no momento atual;
- baixo aproveitamento escolar;
- regulamentação do financiamento desta etapa tardia de ensino, já que o FUNDEB passou a ser assegurado apenas em 2007;
- distorção idade/série/ano.

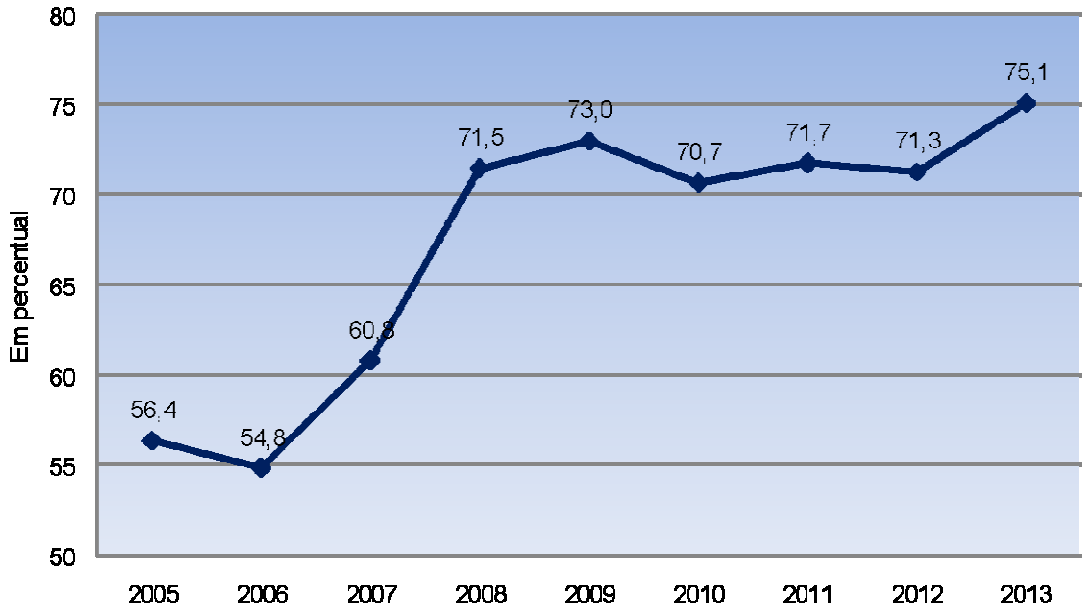
No que se refere a alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), os índices demonstram que este público tem se tornado cada vez mais jovem, o que demonstram as dificuldades das escolas conseguirem atrair e manter os jovens no ensino médio regular. A média de idade dos alunos da EJA da rede estadual é 28,8 anos. A baixa qualidade do ensino também é um fator que pode levar ao abandono do ensino médio. A formação básica precária, tanto no ensino fundamental, acumuladas no ensino médio, leva a um fraco desempenho do estudante, o que desmotiva a permanência do jovem na escola.

Um outro fator apontado, como causa do baixo desempenho do IDEB, é o sistema de financiamento do ensino médio. Relembrando, o ensino médio foi considerado obrigatório apenas a partir da aprovação da Emenda Constitucional (EC) 59/2009. Antes disso, apenas o ensino fundamental o era e, por consequência, recebia maior atenção e aplicação de recursos.

Uma avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC) apontou Mato Grosso dentre os cinco estados da federação que superou, em 2009, a meta de repasse de recursos para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) ao lado de Alagoas, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Segundo a avaliação, o valor de repasse exigido por lei para Mato Grosso, naquele ano, era de R$ 665,9 milhões. O Governo garantiu um repasse de R$ 906,2 milhões.

Para compreender a importância do FUNDEB para a educação em Mato Grosso, basta observar a proporção que ele representa em relação aos gastos totais com educação básica no Estado, gráfico 6. Ele representou, em 2013, 75,1% de todas as despesas da SEDUC com educação básica. Importante observar também, que a partir de 2007, ano de instituição do FUNDEB, a aplicação do recurso assumiu, até 2009, uma proporção crescente nas despesas com educação.

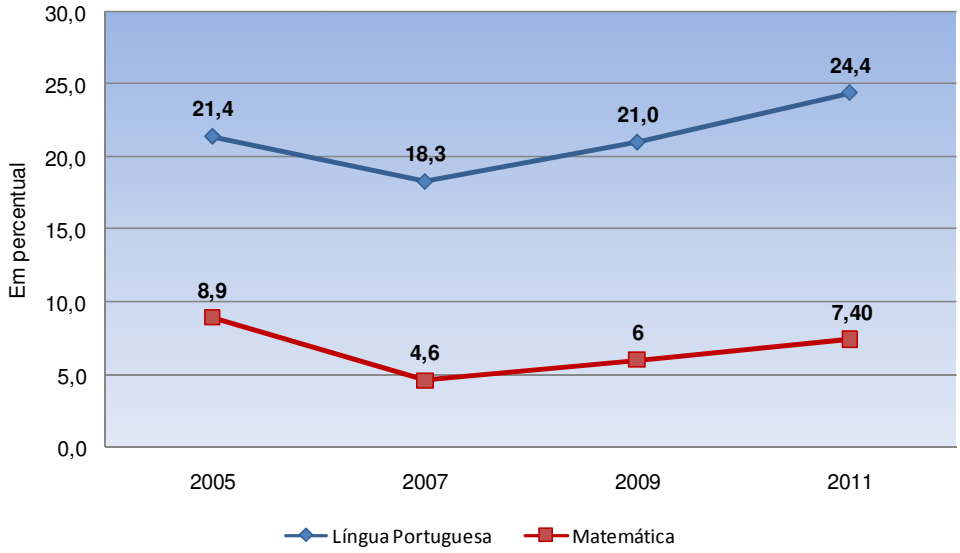
Gráfico 6- Participação do FUNDEB nas despesas com educação básica no Estado de Mato Grosso



Fonte: SEPLAN, 2014.

Além do fator financiamento, a qualidade do ensino médio no estado de Mato Grosso também é mensurada pelo percentual de aprendizado adequado dos alunos tanto em língua portuguesa como em matemática na 3ª série do ensino médio. Em relação a este indicador, é possível verificar uma retração entre 2005 e 2007, tanto para língua portuguesa como para matemática (Gráfico 7).

Gráfico 7- Evolução dos indicadores de proficiência no 3º ano do ensino médio



Fonte:Todos pela educação, 2011.

Observa-se que a partir de 2007 ocorreu crescimento na proficiência, tanto em língua portuguesa, como em matemática, gráfico 7. Em 2011, o percentual de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa era de 24,4%, praticamente metade do estipulado para a meta em quatro anos. Já em matemática esse percentual era de 7,4%, muito aquém da meta de 36,0% estabelecida para 2015.

Quanto à educação infantil o Estado não tem governabilidade exclusiva sobre o desempenho deste indicador, isso porque, em Mato Grosso, a idade mínima para ingresso nas escolas é de 6 anos de idade, a responsabilidade por crianças de 4 e 5 anos pertence aos Municípios.

A educação infantil também precisa avançar, pois está muito aquém da meta proposta no PNE, de universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos, e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2011, 77,68% das crianças com idade de 4 e 5 anos estavam matriculadas na pré-escola no estado de Mato Grosso e para as crianças de 0 a 3 anos, este percentual foi de 19,25%. Isso demonstra que os municípios de Mato Grosso têm um longo caminho a percorrer para se adequarem às metas nacionais de educação. A tabela 01 compara as metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação (PEE) com as do Plano Nacional da Educação (PNE) e apresentam, ainda, os resultados obtidos em 2011 para acesso à educação infantil em Mato Grosso.

Tabela 1: Metas estabelecidas em âmbitos federal e estadual para o acesso à educação infantil e resultados obtidos

Educação Infantil	**Meta PEE[1]**		**Meta PNE[2]**		**Resultados**
	2011	**2016**	**2016**	**2020**	**2011[3]**
Creches (0-3 anos)	50%	60%	---	50%	19,25%
Pré-escola (4-5 anos)	60%	80%	100%	---	77,68

Fonte: (1) SEDUC. (2) MEC. (3) Todos pela educação, 2014

Atuando na melhoria do transporte escolar, que é fundamental na garantia do acesso e da permanência na escola. A SEDUC, por meio do Programa “Caminho da Escola”, entregou, em 2013, 161 veículos escolares aos municípios, totalizando um investimento no montante de R$ 36.481.460,00. Dentre eles: micro-ônibus, micro-ônibus traçados 4x4, micro-ônibus com plataforma elevatória e 14 ônibus, o que equivale a uma capacidade de 7.461 lugares. Foram entregues ainda 02 lanchas escolares totalizando no valor de R$ 399,2 mil com capacidade de 20 lugares cada uma. A cooperação dos entes federados (União, Estado e Municípios) garantiu que, em 2013, a renovação da frota do transporte escolar atingisse 70%.

A LDB define como educação especial a modalidade oferecida aos alunos com necessidades educacionais especiais e determina que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular para

esses alunos e que o atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados somente quando não for possível a integração nas classes comuns.

Neste caso, há necessidade de forte intervenção do poder público, já que a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais encontra ainda muitas resistências, sejam de cunho estrutural, cultural ou político-pedagógico. Se essas barreiras mostrarem-se, naturalmente, instransponíveis podem perpetuar o modelo excludente dos PCNEs no âmbito escolar.

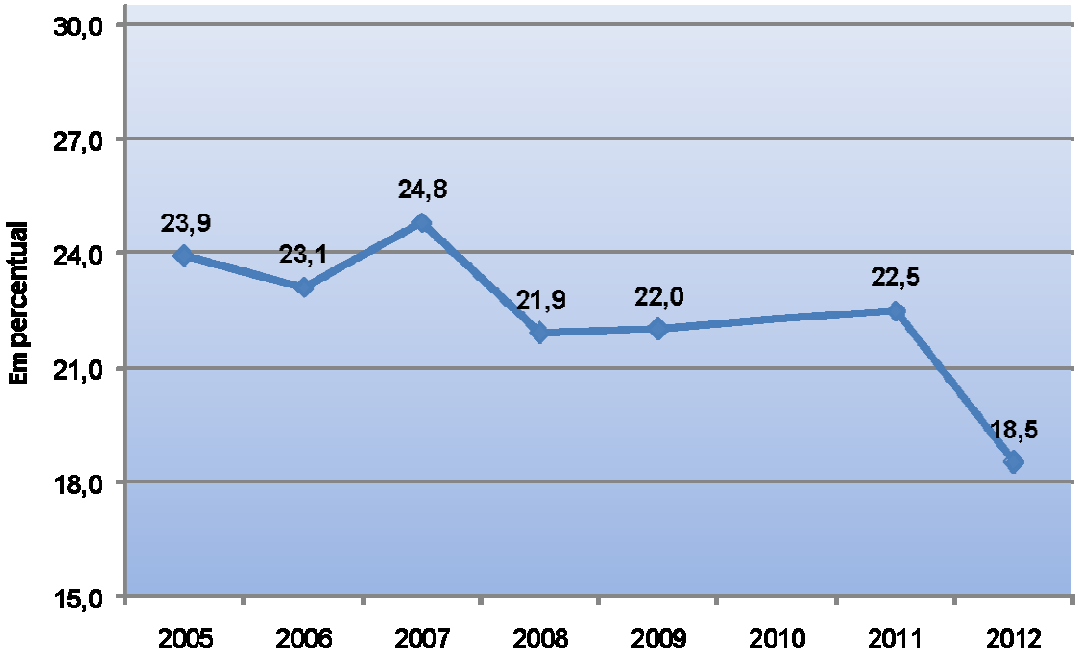
Em 2006, a SEDUC registrou que dos 141 municípios do estado de Mato Grosso, 118 ofereceram atendimento especializado a alunos PCNEs, e declarou que cabe ao Estado universalizar a educação especial, estendendo-a aos 28 municípios que ainda não fornecem este tipo de atendimento.

A população indígena de Mato Grosso, segundo dados preliminares do IBGE/2010, é de 42.538 indivíduos distribuídos em 43 etnias. Deste total, 5.821 encontram-se em área urbana e 36.717 em área rural. Dentre os estados brasileiros, Mato Grosso é o segundo em número de etnias (Mato Grosso em Números, 2013).

A população rural sofre ainda com o descaso ocorrido no passado e boa parcela não foi escolarizada em idade apropriada. Por isso, persiste ainda hoje a necessidade do enfrentamento das distorções idade-série que ocorrem mais em meio rural que urbano, bem como, do analfabetismo de adultos.

Em Mato Grosso a taxa de analfabetismo ainda são elevadas, no que se refere ao analfabetismo funcional. Os dados do gráfico 8 apresentam declínio na taxa nos anos de 2005 a 2006, e um crescimento de 1,7% em 2007. Entre 2008 e 2011, a taxa declinou em 0,6 décimos percentuais. De 2011 para 2012, porém, observamos um decréscimo de 4%.

Gráfico 8- Evolução da taxa de analfabetismo funcional da população de Mato Grosso com 15 anos ou mais de idade



Fonte: PNAD, 2014.

Em estudo técnico elaborado pela SEPLAN em 2013, identificou que apesar dos altos índices de analfabetismo o estado de Mato Grosso, até o presente momento, não executa um programa próprio para solucionar o problema. Dessa forma, o foco do Estado, em alfabetização, é a viabilização do programa federal “Brasil alfabetizado”.

Diante da análise aqui apresentada, é possível a incorporação das políticas estaduais ao que vem sendo executado pelo nível federal. Caso haja esse apoio de atuação do poder público estadual, as possibilidades de atingir os objetivos propostos no PLP e no PNE tornam-se maiores.

Diversos estudos apontam que o ensino superior é a etapa escolar que resulta em maior retorno econômico individual, por possibilitar, de forma mais ampla, a ascensão social. No entanto, a oportunidade de acesso a esta etapa educacional, ainda é restrita a um estrato muito pequeno da sociedade.

O Brasil tem cerca de 11% dos adultos com idade entre 35 e 44 anos com formação universitária, número muito defasado em relação às nações desenvolvidas. No Chile, por exemplo, esse percentual é de 27% e nos Estados Unidos chega a 43%, dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2013. É urgente e relevante a elevação da taxa da população com educação superior.

Em Mato Grosso, a taxa de atendimento da população de 18 a 24 anos no ensino superior, de maneira geral, vem crescendo ao longo da década. Em 2005, essa taxa era de 12%, já em 2009, foi de 18% e o último dado disponível é de 2012, com 20,8% de atendimento. A meta estabelecida no PLP para este indicador, no ano de 2015, é de 27% e para 2020 de 34%.

Em âmbito nacional, o PNE traz como meta elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, deve estar, também, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Em Mato Grosso há ainda uma assimetria muito grande entre renda e acesso ao ensino superior. Dados da PNAD apontam que nas famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo a taxa de atendimento no ensino superior é de 2,8%. Esta taxa aumenta de acordo com o aumento da renda familiar. Em famílias com rendimento de mais de 5 salários mínimos por pessoa, a taxa chega a 73%. O valor médio da taxa de atendimento no ensino superior é de 19,6%.

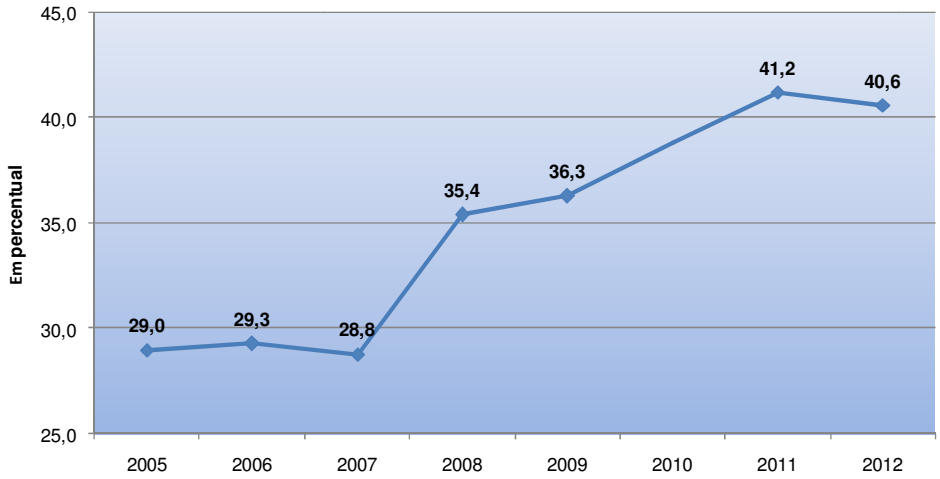
Estes dados comprovam que a educação superior em Mato Grosso reproduz o padrão de desigualdade vigente, em lugar de contribuir para a sua redução.

O teto da universalização do acesso quase foi atingido, por isso, a tendência é que a evolução do indicador se torna mais rígidas. Além disso, é importante ponderar que este é um indicador muito sensível ao passado educacional. A grande dificuldade em avançar de uma forma mais expressiva,

está no passivo do EJA a ser trabalhado. E é de conhecimento que essa modalidade de educação apresenta uma série de particularidades e obstáculos a serem vencidos.

Outro indicador vinculado ao objetivo ora discutido é o "percentual de pessoas com 18 anos ou mais com formação completa em nível médio de ensino". Neste, conforme dados do gráfico 9, o crescimento foi de 40,6% em 2012. Este é um indicador muito sensível a fatores externos, tais como a inserção do jovem no mercado de trabalho, ao grande passivo de população que não teve acesso ao ensino fundamental em idade apropriada, principalmente, com concentração os que se encontravam em zona rural. Esse passado histórico, muitas vezes, pode minimizar o efeito dos esforços empreendidos pelas políticas educacionais na melhoria do desempenho do indicador.

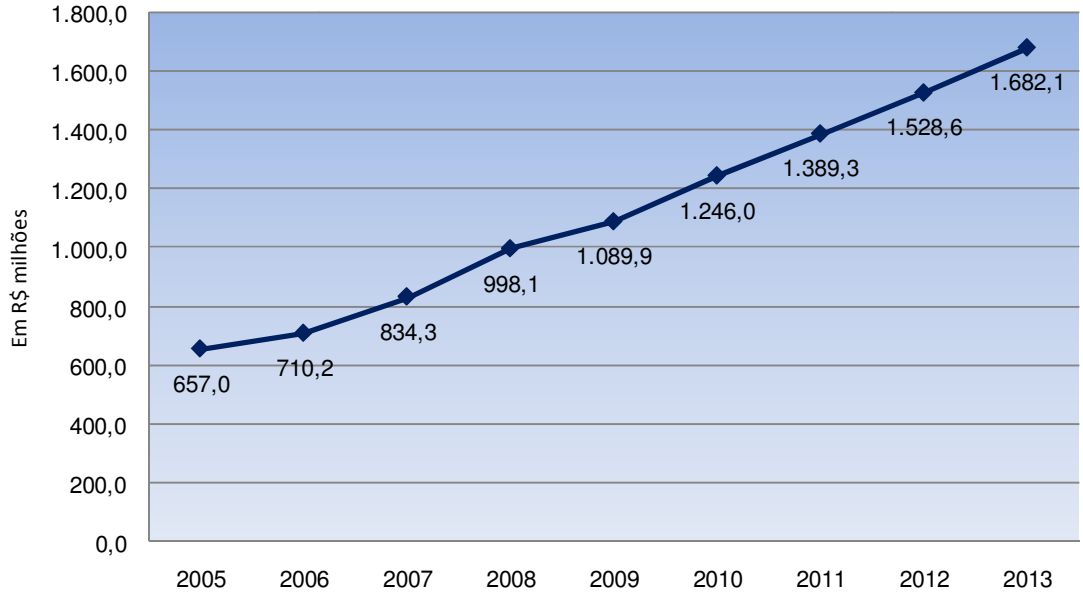
Gráfico 9 - Evolução do percentual de pessoas de 18 anos ou mais com formação completa em nível médio de ensino.



Fonte: PNAD, 2014.

Os dados do gráfico 10 demonstram o importante crescimento do volume de recursos aplicados na educação do Estado ao longo da década.

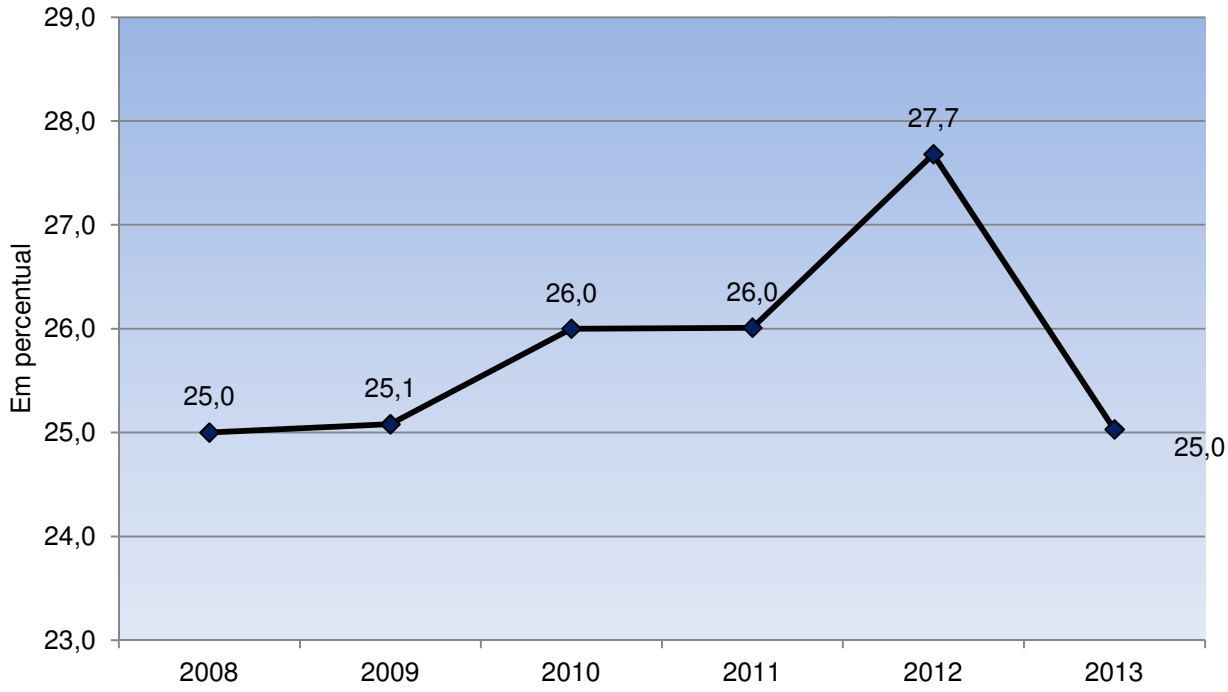
Gráfico 10 - Evolução das despesas liquidadas do Estado com a função Educação



Fonte: SEPLAN, 2014.

De acordo com o gráfico 11, observa-se que em todo o período analisado, Mato Grosso cumpriu a determinação da Constituição Federal de aplicação de no mínimo 25% da receita em educação, no entanto, contraria o dispositivo de sua própria Constituição, já que não aplica os 35% dos impostos e transferências nessa função. Além disso, observa-se redução dessa aplicação de receita nos anos 2012 e 2013. Por isso trabalharemos para gradativamente atingir esta meta.

Gráfico 11- Evolução do percentual de despesas com MDE em relação as despesas gerais do Estado



Fonte: SEPLAN, 2014.

A tabela 2 apresenta as despesas com educação classificadas em suas subfunções no período de 2005 a 2013.

Tabela 2: Despesas com educação por modalidade de ensino (em R$ mil) para o período de 2005-2013

Modalidades / Anos	EDUCAÇÃO		ENSINOS			
	EJA	ESPECIAL	FUNDAMENTAL	MEDIO	PROFISSIONAL	SUPERIOR
2005	3.986,9	-	105.562,6	6.886,4	2.731,8	9.887,3
2006	2.858,8	4.218,1	103.313,6	6.759,0	4.967,1	11.548,9
2007	2.902,8	5.101,5	107.328,8	2.232,3	3.126,5	4.649,2
2008	1.109,3	5.218,8	139.068,3	3.767,8	4.936,2	7.167,2
2009	1.827,0	6.029,9	130.897,3	3.467,4	-	6.951,8
2010	1.998,7	5.650,6	1.048.503,9	6.505,1	9.887,2	14.072,7
2011	2.052,4	5.364,5	1.150.287,1	1.590,4	18.773,9	10.529,9
2012	2.766,1	6.984,4	1.308.455,1	902,4	-	9.936,8
2013	2.844,3	7.090,6	1.420.002,7	743,5	-	20.140,7
TOTAL	22.346,3	45.658,4	5.513.417,2	32.856,1	44.422,6	94.884,5

Fonte: MEC: 2014

Observa-se, que em 2013, as despesas com educação, na subfunção "ensino fundamental" representavam mais de 95,8% do total de despesas, enquanto que para o ensino médio, o registro foi de apenas 0,6%.

Quanto às aplicações de recursos por modalidade de ensino observa-se diferenças em relação àqueles apresentados na tabela 02. Neste caso, no exercício de 2013, as despesas com educação infantil em relação às despesas gerais com educação representam 0,15%, o ensino fundamental 60,25%, o ensino médio 22,15% e o ensino superior 11,09% do total.

Essa variação entre os sistemas de registros e a discrepância de valores entre as modalidades de ensino são reflexos de dificuldades de gestão no registro da folha de pagamento dos profissionais da educação. Ocorre que ainda não existe um meio de diferenciar a carga horária dos professores por modalidade. Muitas vezes, o mesmo profissional possui carga horária tanto no ensino fundamental como no médio. No entanto, no SEAPE não é possível fazer essa distinção, porque o sistema gera pagamento computando apenas a carga horária final do professor. Assim, toda a folha de pagamento dos professores e dos profissionais da educação é feita na subfunção "ensino fundamental", independente da modalidade de ensino em que eles atuem.

Outra observação importante é que a folha de pagamento dos profissionais da educação passou a ser registrada na subfunção "ensino fundamental" a partir de 2010. Nos exercícios anteriores ela era registrada em "administração geral". A mudança é decorrente da exigência de computar os gastos com a folha de pagamento, sobretudo, do pagamento dos professores, na aplicação dos recursos constitucionais voltados a manutenção e desenvolvimento da educação.

Ao analisar os dados da tabela 2, verifica-se também que as despesas com ensino médio foram muito inferiores às demais modalidades de ensino.

Outro ponto foi a ausência de investimento no ensino profissional assim, segmento essencial para alavancar a oferta de mão de obra qualificada para nossa economia.

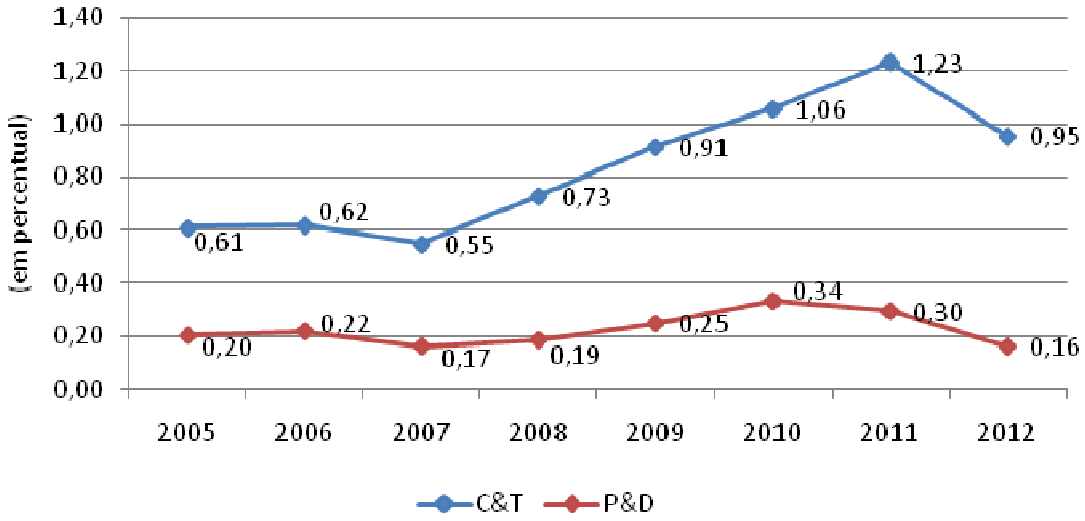
Assim, observa-se sistemática adotada para o registro das despesas com educação visando ampliar a transparência na aplicação dos recursos por modalidade de ensino.

Para o enfrentamento dos problemas detectados no ensino público mato-grossense em 2015 iremos gradativamente ampliar ações articuladas entre Estado e municípios para identificar e planejar ações em conjunto para a melhoria das condições de infraestrutura e didáticas de ensino, bem como desenvolver políticas de educação integradas com ações de outras pastas, tais como as de emprego e renda e de segurança nas escolas.

Ciência e Tecnologia

Os gastos com Ciência e Tecnologia (C&T), de acordo com os dados do gráfico 12 aumentaram de 0,61% em 2005 para 0,95% em 2012. Já os gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) caíram de 0,20%, em 2005 para 0,16%, em 2012.

Gráfico 12 – Percentual dos gastos com C&T e P&D em relação a receita total do estado de Mato Grosso, 2005 - 2012



Fonte: MCTI, 2014.

Em 2011 foram investidos aproximadamente de 207,3 milhões em C&T em Mato Grosso, sendo que 72,3%. Deste total, foram aplicados diretamente 12,5% no desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, 10,1% foram empregados na formação qualificada de recursos humanos (basicamente destinados à manutenção das unidades de ensino profissional), 5,1% foram destinados ao fortalecimento do ensino superior, à extensão universitária e cultural, ao apoio ao desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação e à gestão e desenvolvimento institucional.

Com o objetivo de fortalecer a capacidade científica e de inovação tecnológica do Estado, em 2011 a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMAT) ofertou bolsas para 887 pessoas num investimento total de R$ 3,66 milhões. Entre bolsas, financiamento de projeto de pesquisas, a FAPEMAT amparou 1.173 ações na cadeia da produção e transferência de conhecimento científico, tecnológico e inovação de Mato Grosso num total de investimento no valor de R$ 15,88 milhões.

Quanto ao programa de apoio as atividades estudantis, a UNEMAT distribuiu 900 bolsas de pesquisa e extensão aos alunos, sendo 500 financiadas com recursos internos e 400 financiadas com recursos externos. O MT-Preparatório levou ensino para 250 reeducandos abrigados nas unidades prisionais de Mato Grosso.

Com o objetivo de elevar a escolarização da população mato-grossense, em 2012 o Estado aderiu ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e executaram ações na área de ensino profissional e tecnológico. Com esta adesão foram disponibilizadas 4.262 vagas distribuídas em 60 cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Estes cursos são de formação rápida, tais como: operador de computador, manicure, pedicure e preparador de pescados, por exemplo.

Realizou, em 2012, a VI Mostra Estadual de Ciência e Tecnologia e, em parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), promoveu a Semana Nacional de Ciências e Tecnologia. Estes eventos ampliaram a disseminação de conhecimentos científicos, tecnológicos e apresentaram características inovadoras. Cada evento teve um público de aproximadamente 20 mil pessoas, constituído, principalmente, por estudantes de diversos municípios de Mato Grosso.

Aprovaram-se 545 projetos ao longo de 2012, que representaram investimentos no valor de R$ 10,2 milhões destinados aos projetos de: popularização da ciência, de apoio a pesquisa científica, inovação tecnológica

nas empresas e a novas bolsas de estudo. Foi possível beneficiar todas as áreas de conhecimento em mais de 20 instituições de ensino e pesquisa em Mato Grosso. Neste mesmo ano foram executados os projetos aprovados em parceria com instituições públicas e privadas de ensino superior e instituições de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER).

Com o objetivo de elevar a escolarização da população mato-grossense, em 2013, o Governo do Estado investiu R$ 110,0 milhões através do Programa Brasil Profissionalizado, em parceria com o Governo Federal, na construção de 08 novas Escolas Técnicas Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica em 08 municípios, que juntos atenderão em média 9,6 mil novos alunos. Foram capacitados 9,3 mil jovens e adultos pelo PRONATEC, em cursos de Formação Inicial e Continuada.

Foram investidos R$2,5 milhões para capacitar 2.500 alunos matriculados em 19 cursos técnicos das 08 Escolas Técnicas Estaduais. Ao todo, foram 86 turmas nos municípios de Alta Floresta, Barra do Garças, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Poxoréo, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra. E ainda formaram novos 244 técnicos em diferentes áreas do conhecimento prontos para atuar no mercado de trabalho.

Em parceria com o Governo Federal, foram instalados 455 laboratórios para implantar Centros de Acesso a Tecnologias em 100 municípios, que proporcionou inclusão social a cerca de 4,8 mil pessoas, especialmente à população mais carente, bem como trabalhadores de pouco aperfeiçoamento profissional e microempresários que solicitavam acesso a tecnologias da informação e comunicação para aprimorar seus negócios.

Ainda em 2013, foram ampliadas e reformadas, em parceria com o Governo Federal, 06 Escolas Técnicas Estaduais nos municípios de Rondonópolis, Sinop, Alta Floresta, Barra do Garças, Diamantino e Tangará da Serra. Essas obras incluem as instalações de Laboratórios do Programa Brasil

Profissionalizado. Este investimento de R$6,7 milhões passou a beneficiar, anualmente, mais 500 alunos por escola, ou seja, mais 3.000 alunos.

Foram ofertados 56 cursos técnicos para 3.235 alunos distribuídos nas 08 Escolas Técnicas Estaduais. Foram depositadas 5 patentes para registro, foi autorizado o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública da Polícia Militar. As escolas técnicas estaduais de Diamantino e Lucas do Rio Verde foram federalizadas, tornando-se Instituto Federal de Mato Grosso.

Na UNEMAT foram desenvolvidos 244 projetos de extensão com 4.500 alunos envolvidos e, ainda para fortalecer as atividades de C&T, foram concedidas 300 bolsas de iniciação científica. Para incentivo à pesquisa, a UNEMAT teve fomento nacional e internacional em 229 projetos de pesquisas e teve 135 grupos de pesquisas registrados no CNPq.

Saúde

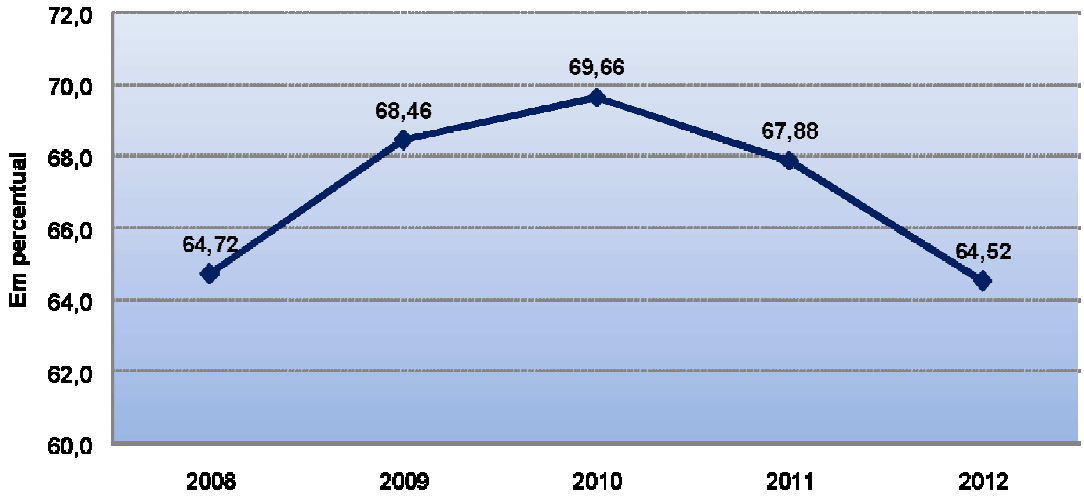
O setor de saúde estabeleceu como objetivo ampliar o acesso equitativo e a qualidade do sistema e dos serviços de saúde. Sendo assim, no âmbito estadual, foram estabelecidos indicadores que avaliam os vários níveis de atenção à saúde para apoiar na definição de metas para atender este objetivo.

O Programa Saúde da Família (PSF) tem sido um programa de referência para reorientar o modelo de saúde pública a partir da atenção básica. Essa reorientação deve ser operacionalizada mediante a implantação em unidades básicas de saúde de equipes multiprofissionais compostas, no mínimo, por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde. Quando ampliadas, também contam com um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental. As equipes precisam acompanhar um número definido de famílias em determinadas áreas geográficas que tem como referência a cobertura média de 3.000 pessoas por equipe de atenção básica.

A Secretaria de Estado de Saúde identificou as seguintes fragilidades das equipes de do PSF:

a. possuem baixo desempenho nas ações voltadas a saúde da mulher e da criança.
b. deficiências no processo de capacitação continuada dos profissionais da Estratégia Saúde da Família;
c. dificuldades para atrair ou fixar profissionais na atenção básica;
d. precarização das relações de emprego entre a administração pública e os membros das Equipes de Saúde da Família (ESF);
e. não cumprimento da carga horária semanal prevista na Política Nacional de Atenção Básica. Esse descumprimento é mais frequente entre os médicos;
f. significativa redução do cofinanciamento estadual para ações de atenção básica desenvolvida pelos municípios.

Gráfico 13 – Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica, 2008-2012.



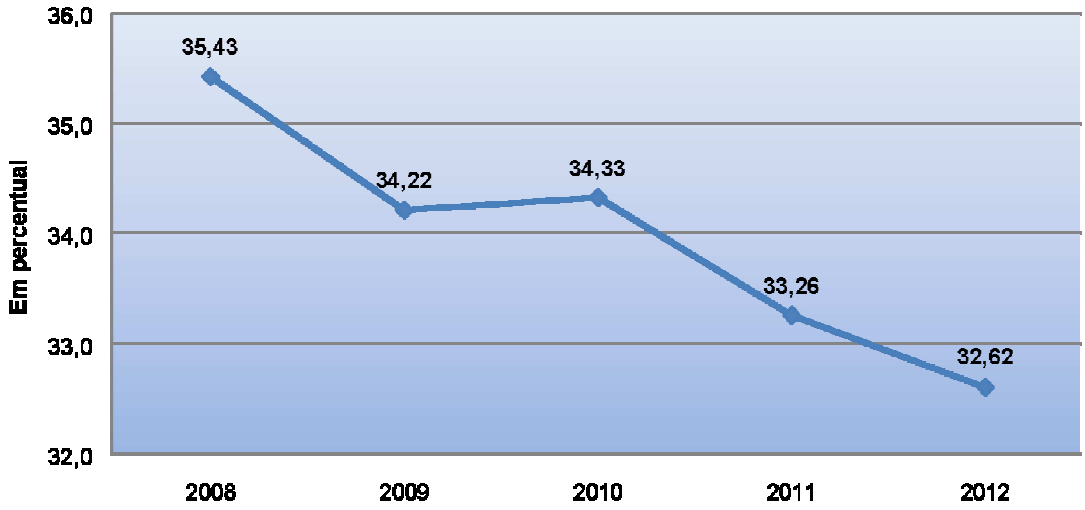
Fonte: Ministério da Saúde, 2014.

Em Mato Grosso, a cobertura populacional pelas equipes de atenção básica aumentou entre os anos de 2008 a 2010 e atingiu 69,66% de cobertura, porém em 2012, conforme gráfico 13, a cobertura caiu para 64,52%, pois o planejamento da política não está acompanhando a demanda conforme a taxa de crescimento da população As regiões do Estado que apresentam maior cobertura são: Norte Araguaia-Karajás (85%), Centro Norte (83,3%) e Araguaia Xingu (83,6%). Já a região que demanda maior ampliação de atendimento é a Baixada Cuiabana (50,1%). Nesta última, estão localizadas as duas maiores cidades do Estado, Cuiabá e Várzea Grande e que influenciam no desempenho geral da região.

Todavia, a efetividade da atenção básica passa por questões que vão além da cobertura populacional. O índice de Proporção de Internações por Condições Sensíveis a Atenção Básica (ICSAB) tem sinalizado as áreas que necessitam de melhorias por apresentarem problemas de saúde que poderiam ser diminuídos caso, as ações de promoção, prevenção, cura e reabilitação, em nível primário de atenção, fossem mais eficazes.

Entretanto, vale ressaltar que a interpretação desse indicador deve considerar que a saúde possui diversos fatores condicionantes e determinantes, tais como: saneamento básico, moradia e renda e que precisam estar articulados com as ações das outras secretarias de estado. Sendo assim, os resultados apresentados por ele não podem ser atribuídos exclusivamente à resolutividade ou não da oferta da atenção básica, que é apenas um dos fatores que deve ser considerado.

Gráfico 14 – Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica (ICSAB), 2008-2012.

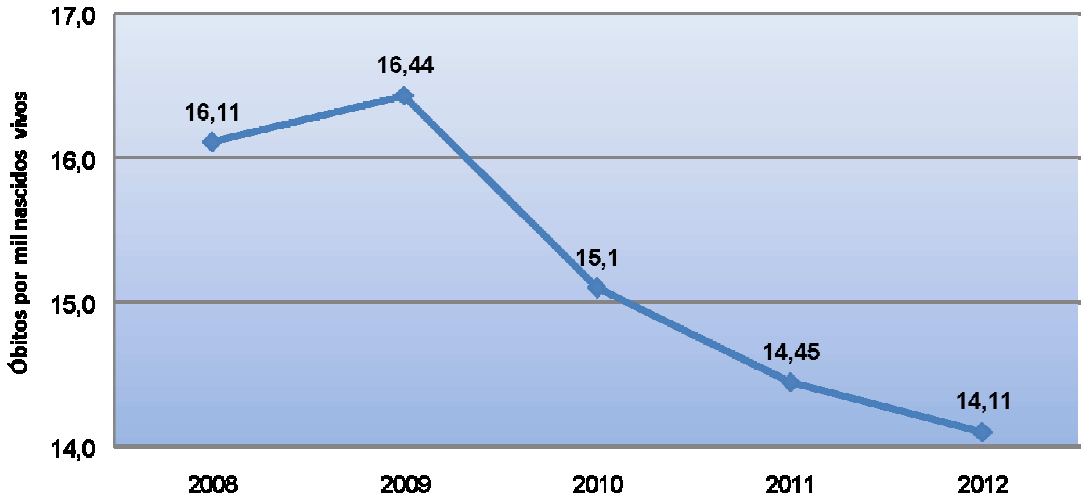


Fonte: Ministério da Saúde, 2014.

Diante da evolução apresentada, no gráfico 14, constatou-se que Mato Grosso tem conseguido diminuir as taxas de internações e possui o terceiro melhor resultado dos estados da região Centro-Oeste. O Estado ainda apresenta um resultado melhor à média nacional que está em 34,9%.

As taxas de mortalidade infantil tem sido um grande sinalizador sobre o acesso e a qualidade dos serviços disponíveis para atenção a saúde materna e para a população infantil. De maneira geral, ainda reflete as condições socioeconômicas e de infraestrutura ambiental de um país ou região. Sua mensuração representa a mortalidade de crianças menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente.

Gráfico 15 – Evolução da taxa de mortalidade infantil de Mato Grosso- 2008 - 2012



Fonte: Ministério da Saúde, 2014.

Em cinco anos, houve redução de 12,4% na taxa de mortalidade infantil no Estado. Mesmo com este resultado siginificativo, temos ainda o grande desafio de conseguir alcançar a meta em 2015 e reduzir a taxa para 12,3 óbitos a cada mil nascidos vivos.

Dentre os fatores que podem contribuir para a evolução desse indicador está o bom desempenho das campanhas de imunização no Estado que apresentam coberturas de vacinação infantil entre 85% a 100%. Essa evolução reflete o sucesso do Programa Nacional de Imunização (PNI) que conseguiu, em grande parte do território brasileiro, alcançar níveis elevados de cobertura vacinal infantil. Outro importante resultado desse programa foi à eliminação da poliomielite, uma doença que não tem tratamento e é prevenida com a vacinação. O último caso registrado de poliomielite foi em 1989, na Paraíba.

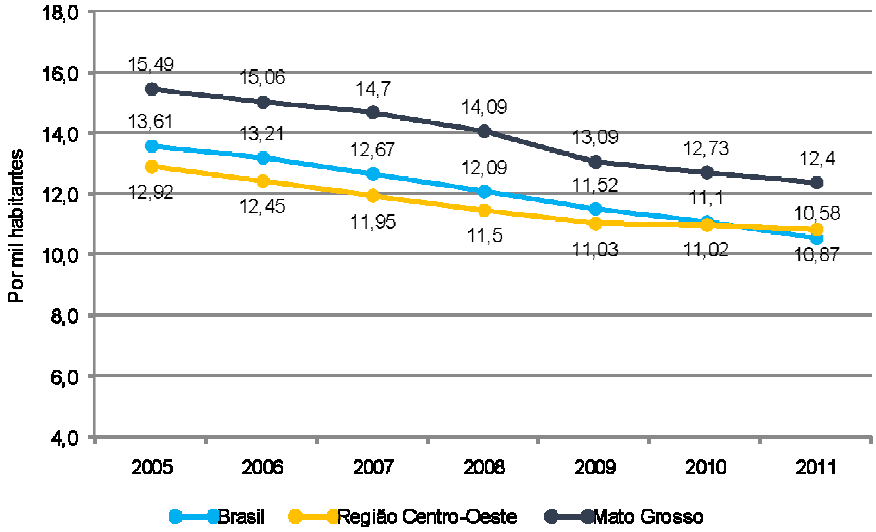
A implantação da estratégia saúde da família também foi identificada como importante fator na redução da mortalidade infantil no Brasil, pois a presença dos profissionais de saúde na residência das pessoas tem apoiado

na orientação e disseminação informações direcionadas ao local e às condições da moradia visitada, contribuindo para a elevação da qualidade de saúde do cidadão. Contudo, para intensificar os resultados que impactam positivamente na redução da mortalidade infantil são necessárias medidas, a médio prazo, que aprimorem o acesso e a qualidade dos serviços de atenção a saúde materna e infantil, especialmente para a população mais vulnerável.

Em Mato Grosso alguns fatores necessitam de maior atenção. Entre eles está a redução da mortalidade neonatal[1], o principal componente que impede melhorias nos resultados para a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) no Estado. Em 2011, a taxa de mortalidade neonatal alcançou 12,4 óbitos por mil nascidos vivos, de acordo com os dados do gráfico 16, uma taxa maior que a do Brasil e da região Centro-Oeste que estão em 10,58 e 10,87, respectivamente. Dentre as principais causas de óbitos infantis estão: as infecções bacterianas do recém-nascido (8,9 % dos casos) e o desconforto respiratório do recém-nascido (7% dos casos).

[1] Óbitos na idade de 0 a 27 dias.

Gráfico 16 – Comparação das taxas de mortalidade neonatal da região Centro-Oeste, Mato Grosso e Brasil, 2005 – 2011

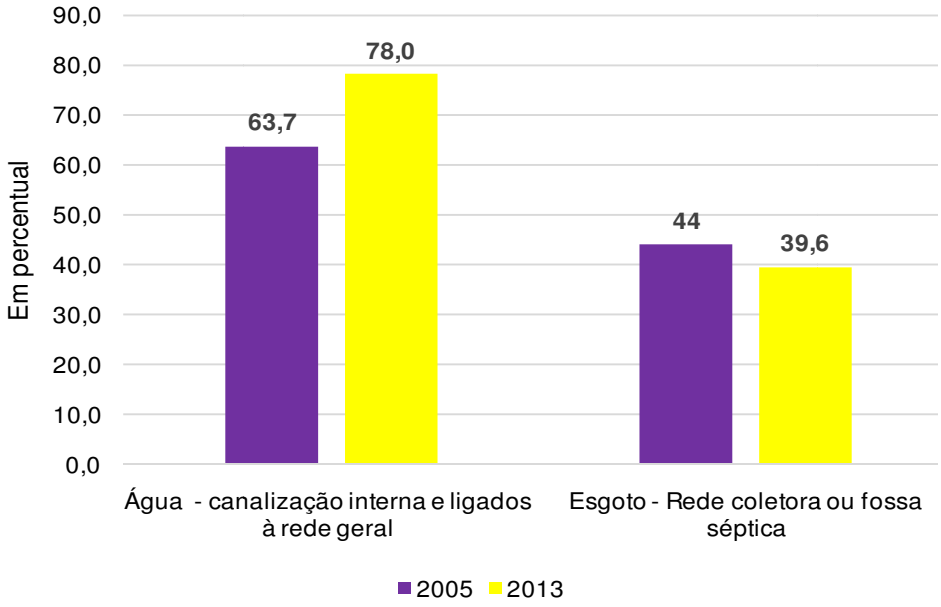


Fonte: Ministério da Saúde, 2014.

As causas da morte neonatal estão relacionadas à baixa qualidade do atendimento pré-natal oferecido na atenção primária e ao baixo respaldo da rede hospitalar propiciada a parturiente e recém-nascidos. Portanto, as estatísticas demonstram a urgente organização e fortalecimento de rede materno infantil do Estado. As medidas para a estruturação da rede exigem maior suporte aos escritórios regionais para o efetivo monitoramento da mortalidade infantil nos municípios, profissionais capacitados, ampliação de equipamentos e leitos para o público infantil na rede hospitalar e maior qualificação da atenção primária. Tais medidas ainda contribuiriam para a redução da mortalidade materna que apresenta níveis preocupantes e confirma a necessidade de melhorias na rede de atendimento. Em 2011, a proporção de óbitos maternos foi de 64,7 óbitos por cem mil nascidos vivos. Um quantitativo considerado alto que coloca Mato Grosso entre os dez estados com os piores resultados.

Outro elemento estrangulador que impede melhorias nas taxas de redução da mortalidade infantil é a fragilidade na oferta de alguns serviços de saneamento básico.

Gráfico 17 – Percentual de domicílios com abastecimento de água e esgoto sanitário no Estado, 2005 – 2013

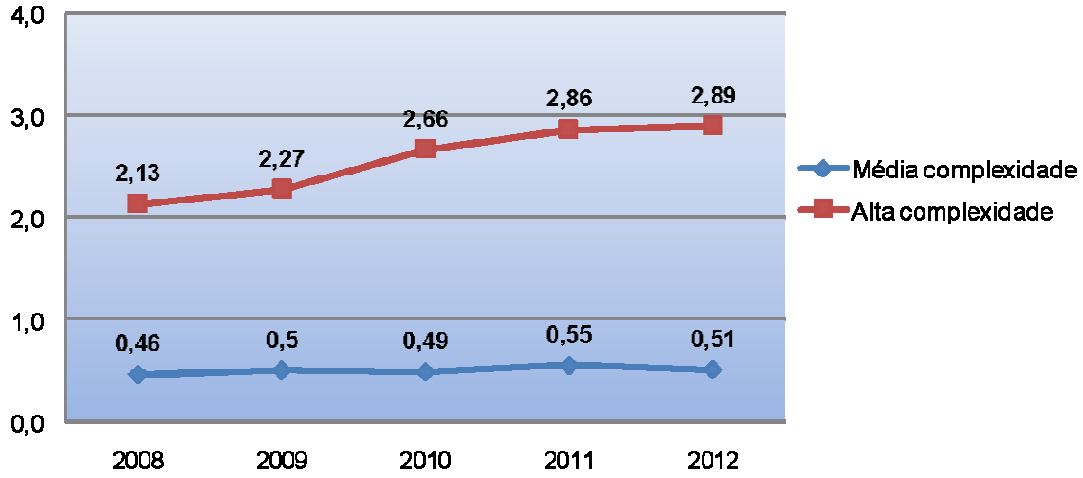


Fonte: IBGE, 2014

O gráfico 17 demonstra que, o percentual de domicílios ligados a rede de abastecimento de água subiu de 63,7% em 2005, para 78% em 2013. Um resultado considerado bom para a realidade estadual. Já os serviços de esgotamento sanitário apresentam níveis críticos de cobertura, 39,6% em 2013. As condições precárias de habitabilidade intensificam a ocorrência de doenças, especialmente nas crianças que são a população mais vulnerável as más condições ambientais. Em Mato Grosso, a diarreia está entre as principais causas de morte em crianças com menos de um ano decorrente da baixa oferta de serviços de saneamento básico.

Algumas iniciativas podem ser apontadas como medidas positivas para o combate à mortalidade infantil. A principal delas é a implantação da Rede Cegonha nas regiões Sul e Baixada Cuiabana. O programa visa adotar um novo modelo de atenção ao parto, ao nascimento e à saúde da criança e da mulher que garanta acesso, acolhimento e resolutividade. Entre as ações realizadas estão: qualificação dos leitos pediátricos em hospitais da rede pública, implementação de novos exames e testes rápidos para o pré-natal e detecção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), implantação de casa de partos, capacitação da equipe de enfermagem para realização de partos, implantação de 03 bancos de leite, abertura do serviço de triagem neonatal e a criação do grupo de estudo sobre as doenças respiratórias infantis.

Gráfico 18 – Evolução da razão de procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade na população residente



Fonte: Ministério da Saúde, 2014.

A análise do acesso da população aos procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade, gráfico 18 pretende avaliar a adequação de acessos a esses serviços segundo as necessidades da população atendida.

Sendo assim, o período avaliado evidencia que o Estado tem mantido uma regularidade na proporção de procedimentos de média complexidade ofertados para a população. Já em relação aos procedimentos de alta complexidade, possibilitou
um aumento o quantitativo em 35% durante o período analisado. Contudo, a comparabilidade das proporções estaduais com as demais unidades da federação demonstra que Mato Grosso necessita ampliar o seu nível de cobertura uma vez que está entre os cinco estados com menor proporção na oferta de procedimentos de média complexidade e entre os dez estados com menor proporção de procedimentos de alta complexidade.

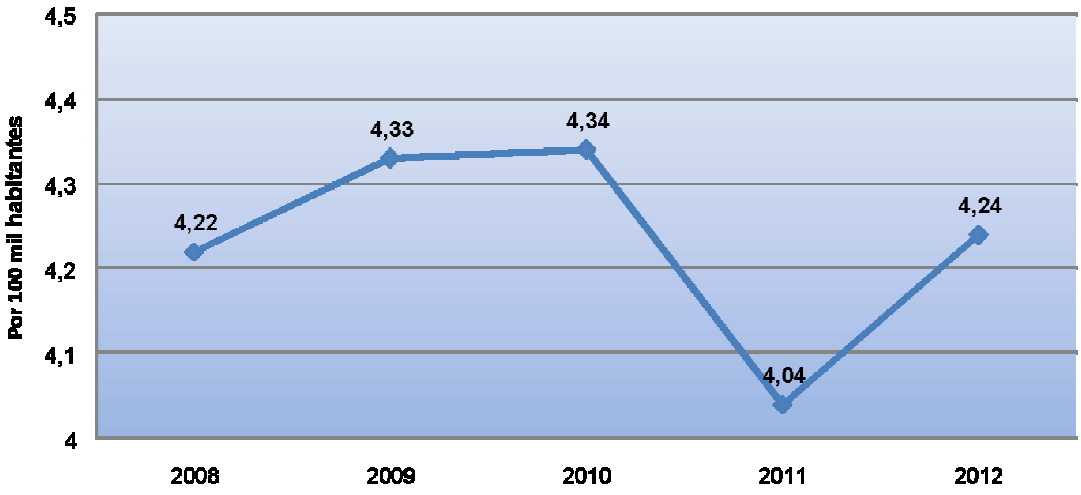
Dentre os estrangulamentos que justificam o desempenho está a subnotificação dos procedimentos que prejudicam a eficácia da Programação Pactuada e Integrada de Assistência à Saúde (PPI), principal instrumento de programação financeira para realização dos procedimentos. Isto porque muitos municípios pagam por procedimentos que não fazem parte da programação pactuada e que também não são registrados como produção realizada. E no caso dos procedimentos de média complexidade ainda existe o fato de que a lista que compõe o cálculo da razão do indicador não engloba todos os serviços realizados pelo Estado. Como consequência, nem todos os procedimentos listados são operacionalizados, pois são substituídos por outros que não fazem parte do cálculo indicador, impactando negativamente na evolução da oferta dos serviços de média complexidade.

Um outro problema recorrente é a baixa capacidade de ampliação da oferta dos procedimentos que tem como ponto principal a concentração de atendimento nas cidades mais populosas e que possuem condições de manter os serviços funcionando. Como exemplo, temos o exame de ressonância magnética que é ofertado pelo SUS em apenas dois estabelecimentos de Cuiabá e não tem grande perspectiva de ser implantado em municípios do interior uma vez que estes não possuem as exigências mínimas de

funcionamento como: recursos para manutenção do equipamento e profissionais habilitados para realizações dos laudos técnicos dos exames.

Em 2013, os principais procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados foram: tomografia de crânio, de abdômen e da pelve/bacia, densitometria óssea de coluna e o hormonioterapia do adenocarcinoma de próstata. Destes, a tomografia de crânio representou 10% do total de exames realizados, a densitometria de coluna 8,4% e a tomografia de abdômen 5,8%. Já os procedimentos de média complexidade com maior atendimento foram: postectomia (cirurgia da fimose), facoemulsificação com implante de lente intra-ocular rígida, facectomia com ou sem implante de lente intraocular e o implante secundário de lente intraocular. A postectomia correspondeu a 52,1% do total de exames realizados, a facoemulsificação 33% e a facectomia com implante de lente 25%.

Gráfico 19 - Evolução da razão de internações clínico-cirúrgicas de média e alta complexidade na população residente



Fonte: Ministério da Saúde, 2014.

As internações clínico-cirúrgicas de média complexidade manteve a mesma tendência entre 2008 e 2012 e apresentou um desempenho que ultrapassou a média nacional que era de 3,9%. Já a oferta das internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade teve uma variação de 42%, porém manteve-se entre os dez estados com a menor proporção de internações clínico cirúrgicas de alta complexidade ofertadas.

Atualmente, o desempenho dos tratamentos clinico - cirúrgicos de média complexidade pode ser explicado pelo fato de serem serviços oferecidos de forma mais descentralizada em hospitais de pequeno porte. Já os tratamentos de alta complexidade estão mais concentrados nas grandes cidades pela dificuldade de credenciamento de hospitais com as condições necessárias para realizações de cirurgias de alta complexidade como, por exemplo, existência de leitos de UTI's e profissionais habilitados.

Novamente a limitação financeira foi um fator que interferiu na ampliação desses serviços uma vez que as PPI's estão defasadas. A defasagem das PPI's ainda pode estar=relacionada a desatualizações das informações dos estabelecimentos registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Fato este que prejudica a regulação dos tratamentos a ser realizados. Sendo assim, uma das condições que podem ser implementadas para mudar esse panorama é o aperfeiçoamento da gestão de informações que subsidiam o planejamento e podem ampliar os mecanismos de monitoramentos e avaliações dos serviços prestados.

Em 2013, as internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade com maior atendimento foram: tratamento de cirurgias múltiplas, tratamentos de grandes queimaduras, procedimentos de oncologia, mastectomia radical em oncologia e extirpações múltiplas de lesões de pele ou de tecidos celulares. Destes, as cirurgias múltiplas representaram 14,4 % do total de cirurgias realizadas, o tratamento de grandes queimaduras 6,4% e procedimentos em oncologia 6%. As maiores internações clínico - cirúrgicas de média complexidade foram: tratamento de doenças infecciosas e intestinais (7,8%),

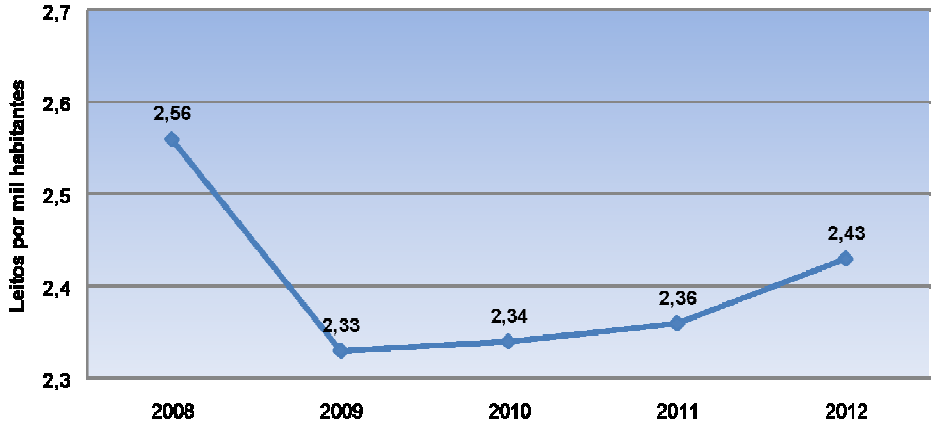
tratamento de intercorrências clínicas na gravidez (7,1), tratamento de doenças bacterianas (4,6%), curetagem pós-abortamento (4%) e tratamento de acidente vascular cerebral – AVC, (3,7)%.

O contexto analisado provocou efeitos bastante visíveis como: a grande fila de espera para realização de cirurgias e procedimentos mais complexos ou o grande aumento de ações judiciais para obtenção desses serviços especializados que geraram custos mais elevados para os cofres públicos e ainda deixam de atender uma grande parcela de pessoas necessitadas.

Nessa conjuntura, ainda é relevante enfatizar a superlotação das emergências de alguns hospitais que passam por duas situações distintas. A primeira demonstra que a população vai em busca de um atendimento mais resolutivo do que aquele prestado pelas unidades básicas de saúde. As auditorias operacionais realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2013, constataram que, apesar da longa espera e das condições precárias de acomodação, os pacientes conseguem obter consultas, cirurgias ou exames especializados. A segunda situação evidencia que a superlotação é ocasionada pela demora para obtenção do diagnóstico e do efetivo tratamento dos pacientes e isto pode aumentar as possibilidades de mortalidade.

A superlotação dos hospitais remete a outro intenso debate na área da saúde: a demanda por leitos hospitalares.

Gráfico 20– Número de leitos hospitalares, por mil habitantes, no estado de Mato Grosso, 2008 – 2012



Fonte: SES/MT, 2014.

Houve um aumento na oferta de leitos por habitantes no Estado, depois de uma significativa queda em 2008. Apesar dessa evolução, o Estado ainda está aquém do parâmetro recomendado pela Ministério da Saúde que estabelece a variação de 2,5 a 3,0 leitos hospitalares para cada mil habitantes.

A demanda por oferta de leitos em Mato Grosso passa por questões que envolvem necessidades regionais diferenciadas e aumentos de leitos disponibilizados para o SUS.

O déficit de leitos credenciados para o SUS, uma vez que estamos considerando o princípio da universalidade de acesso e de que, em 2008, 82,6% da população mato-grossense não possuía plano de saúde.

Constata-se que a regiões com maior porte populacional apresentam a maior carência de leitos ofertados. Em contraposição, são as que mais possuem leitos, porém não credenciados ao SUS. Ainda é destaque a necessidade de melhorar a cobertura nas regiões mais distantes dos grandes centros populacionais uma vez que o déficit nas localidades especificadas varia entre 163 a 446 leitos.

A análise sobre os leitos de UTI também evidencia a necessidade de descentralização de leitos para melhorar a oferta e diminuir os deslocamentos populacionais. No entanto, a baixada cuiabana e região sul apresenta a situação mais preocupante com 73 a 109 leitos faltantes.

Já as UTI's pediátricas estão numa situação crítica ao apresentarem baixa quantidade de leitos ou mesmo sua inexistência em algumas regiões. Os leitos pediátricos estão localizados em apenas 03 cidades de três regionais. Esse fato eleva o déficit de leitos tencionando, principalmente, nas regiões Sul, Teles Pires e Baixada Cuiabana.

Já os leitos neonatias estão mais distrubuídos nas regiões: Norte, Médio Norte, Oeste, Sul, Teles Pires e Baixada Cuiabana. Entretanto, necessitam de maior cobertura para ampliar a capilaridade de oferta.

Sendo assim, a ampliação da oferta de leitos depende de um amplo debate sobre a regionalização, reorganização e clara definição dos parâmetros para operacionalização dos leitos, a fim de garantir a sustentabilidade de funcionamento das unidades hospitalares que perpassa pela efetiva cooperação financeira das três esferas governamentais.

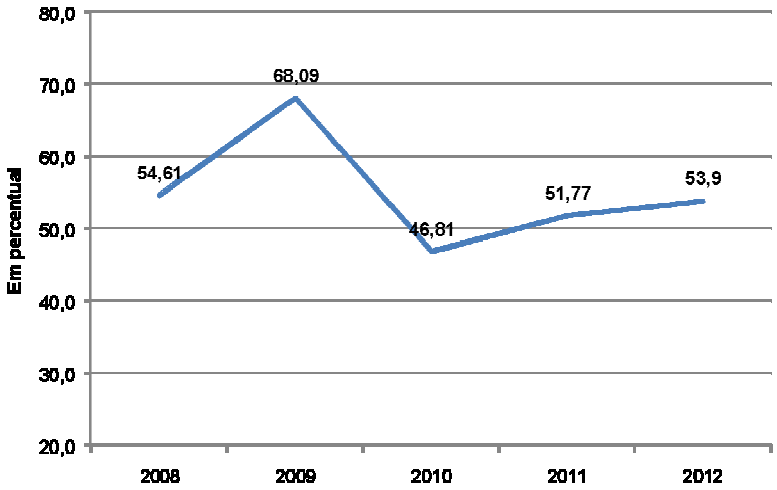
Em Mato Grosso, os três principais grupos de causas de mortalidade são as doenças do aparelho circulatório (27,92%) as neoplasias (14,26%) e as doenças do aparelho respiratório (9,79%). No grupo de causas de mortalidade por doenças do aparelho circulatório estão as doenças cerebrovasculares com 27,08%, as doenças isquêmicas do coração com 25,06 e as doenças hipertensivas com 18,17%. E entre as principais neoplasias que causam morte estão o câncer em órgãos digestivos (28,15%), câncer no aparelho respiratório (15,08%) e câncer nos órgãos genitais masculinos (9,12%).

Entre 2008 e 2012, a taxa de mortalidade prematura teve uma redução considerável de 2,8%. A média de 302,46 óbitos por cem mil habitantes apresentou o segundo melhor resultado na região Centro-Oeste. Contudo, faz-se necessário implementar ações que contribuam para a meta nacional de reduzir as mortes prematuras por DCNT's em 2% ao ano. As regionais que

apresentam os índices mais altos e merecem atenção especial para redução dessa taxa são: Baixada Cuiabana (362,2 óbitos/cem mil), Diamantino (332,2 óbitos/cem mil), Cáceres (324,2 óbitos/cem mil) e Rondonópolis (320,2 óbitos/cem mil).

A estratégia principal para o alcance desse desafio é fortalecer as articulações intersetoriais que promovam a construção de estilos saudáveis de vida como: práticas da alimentação saudável, reduções no uso de álcool e tabagismo e práticas de atividades físicas. O Estado ainda tem o desafio de aumentar o quantitativo de municípios que organizam e implementam ações em prol da redução das DCNT's, já que atualmente apenas municípios mais populosos participam dessas iniciativas.

Gráfico 21 – Proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com cobertura vacinal, 2008 – 2012.



Fonte: Ministério da Saúde, 2014.

Os dados sobre cobertura vacinal, gráfico 21, evidenciaram que para as vacinas, que integram o calendário básico de vacinação da criança, o Estado possui cobertura de acordo com o preconizado pelo PNI.

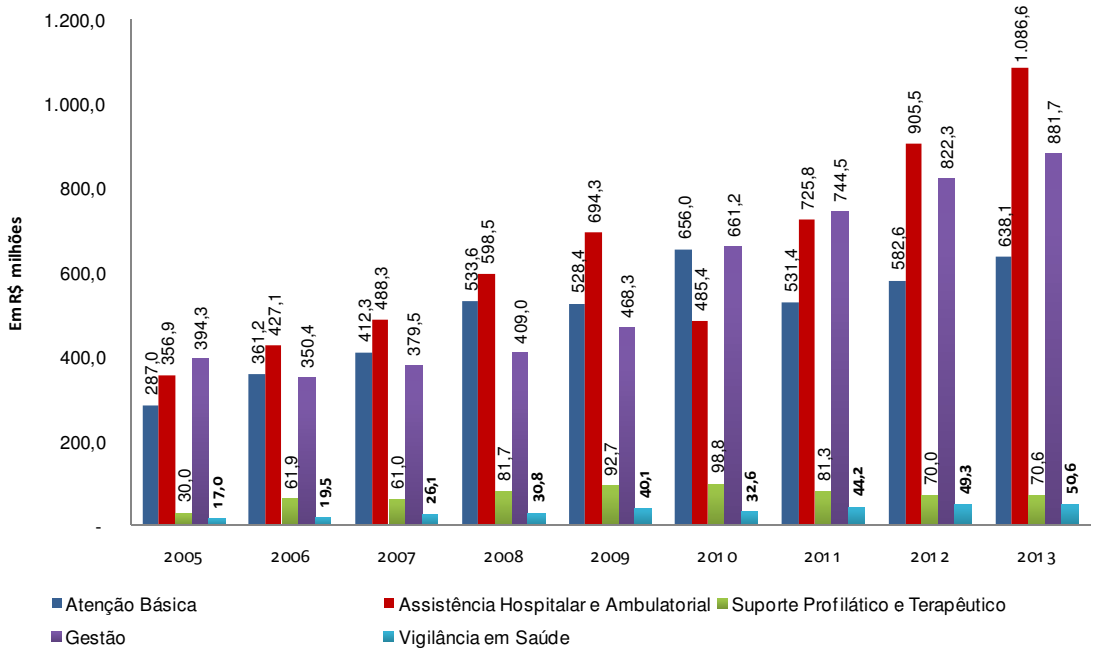
O desempenho estadual apresentou uma cobertura média de 55,04% no decorrer de cinco anos. É o melhor resultado apresentado para região Centro-Oeste ultrapassando, inclusive, a média regional que está em 51,67%. Mato Grosso ainda está entre os cinco estados com os melhores resultados para esse indicador.

O desafio a ser alcançado, em 2015 é o de atingir a meta de 70% dos municípios com coberturas vacinais adequadas ao Calendário Básico de Vacinação da Criança. As regiões que necessitam de maior atenção para ampliação de cobertura são: Garças-Araguaia e Noroeste Mato-grossense que apresentam um resultado de 20% e 28,5%, respectivamente. Já as regiões com os melhores resultados são: Teles Pires (100%), Sul Mato-grossense (73,6%) e Baixada Cuiabana (63,6%).

Dentre as imunizações com maior nível de cobertura estão as vacinas contra poliomielite (104,77%), febre amarela (119,01%) e a tríplice viral (101,84%).

A análise do financiamento público em saúde proporciona um olhar mais amplo sobre a evolução dos gastos e de como foram estabelecidas as prioridades orçamentárias e financeiras para esta área. Pretende-se avaliar o financiamento executado de forma global pelas três esferas governamentais e evidenciar algumas particularidades das aplicações de recursos realizadas pelos municípios e pela gestão estadual.

Gráfico 22 – Total dos gastos com a saúde, por subfunções, nas três esferas governamentais, 2005 – 2012.



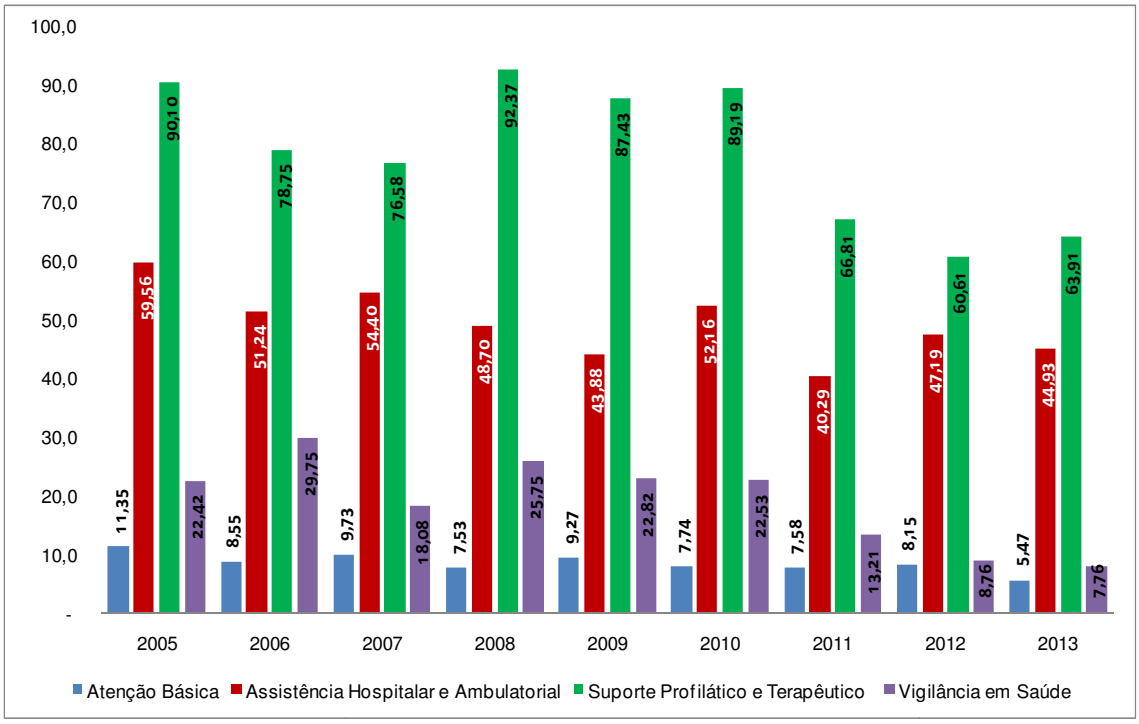
Fonte: SEPLAN, 2014

De forma geral, o financiamento na área de saúde teve considerável incremento nas principais subfunções. Os quatro setores analisados tiveram aumentos orçamentário e financeiro de mais de 100% nos últimos nove anos (Gráfico 22).

A atenção básica teve incremento de 122%, sendo o terceiro maior gasto na área da saúde. Essa evolução mostra o direcionamento nacional para fortalecimento do setor. Já as aplicações nas assistências hospitalar e ambulatorial teve um aumento de 204%. Essa grande diferença de aplicações evidencia cada vez mais que as ações em saúde ainda estão voltadas para atender os problemas agudos de saúde prestados pelo setor hospitalar. Logo, um maior investimento na atenção básica poderia reduzir os gastos na alta complexidade que naturalmente tem uma manutenção mais onerosa para gestão pública.

A subfunção gestão analisa os gastos com recursos humanos, gestão da informação e manutenção administrativa. A vigilância em saúde é o setor com a menos aplicação de recursos, porém é a segunda subfunção que mais cresceu e apresentou um percentual de crescimento (197%), com gastos de R$ 310 milhões em nove anos.

Gráfico 23 – Participação dos gastos por subfunções no Estado, em %, 2005 - 2013



Fonte: SEPLAN, 2014.

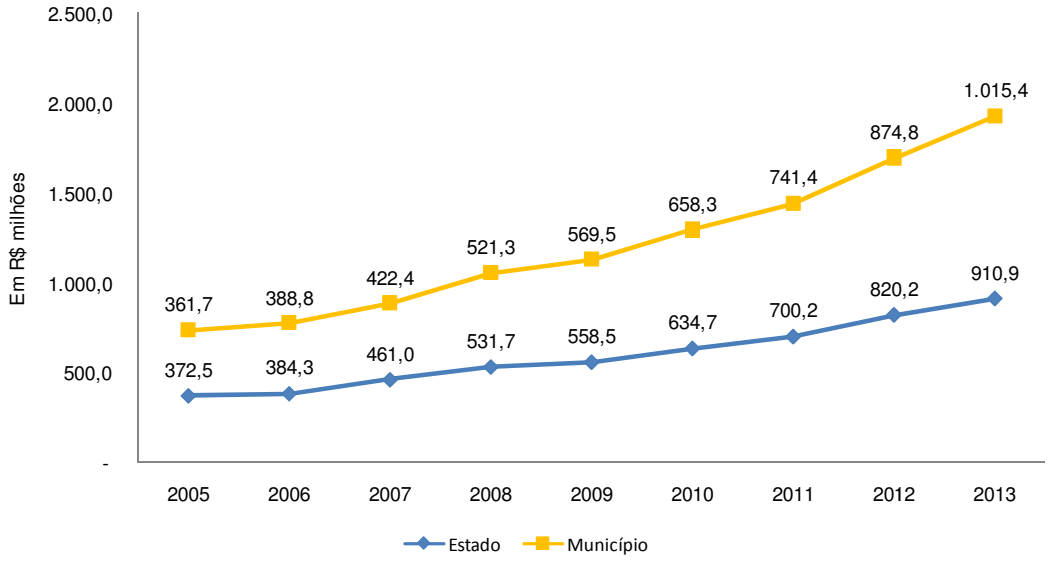
Observando a participação da gestão estadual nas despesas globais constata-se que o Suporte Profilático e Terapêutico tem seu financiamento, majoritariamente, realizado pelo Governo Estadual. Em 2010, o percentual de participação estadual foi de 89,9%, porém essa proporção ao longo dos últimos anos foi sendo diminuída e ocorreu uma maior distribuição com as outras esferas de governo.

A assistência hospitalar e ambulatorial é a segunda maior despesa efetuada pelo Estado responde por quase 50% das despesas gerais. Essa situação é justificada pela existência de sete hospitais regionais de grande porte que estão sob a gestão estadual. A partir de 2010 pode-se observar uma queda da participação estadual nessa despesa. E considerando que nos últimos três anos a subfunção teve um incremento de R$ 601,2 milhões,

constata-se que as outras esferas têm despendido mais recursos para esse setor.

As despesas com atenção básica e vigilância em saúde têm sofrido retração de recursos por parte do Governo Estadual. A atenção básica é o setor onde o Estado menos contribui sendo que em 2013 o nível da participação estadual foi de apenas 5,47%. Esse retrocesso põe em situação crítica a estratégia governamental de priorizar a atenção básica como eixo norteador de reordenamento e qualificação do modelo de atenção de saúde.

Gráfico 24 – Volume de recursos próprios aplicados pelo Estado e pelos municípios, R$ milhões, 2005 – 2013.



Fonte: Ministério da Saúde, 2014.

A capacidade de financiamento próprio em saúde pelas esferas municipal e estadual demonstrou crescente evolução no período analisado. O Estado apresentou um crescimento de 144%, evolução mais tímida se comparada a dos municípios que cresceu 180%. Vale ressaltar que Mato Grosso era o único estado da região Centro-Oeste que até 2010 ainda não havia alcançado o percentual mínimo de 12% da sua receita própria aplicada à

saúde, conforme estipulado pela Emenda Constitucional (EC) 29. Esse fato justifica a baixa evolução de esfera estadual durante o período. Entretanto, a comparação entre os estados do Centro-Oeste sobre a aplicação bruta de recursos demonstra que Mato Grosso despendeu mais recursos que Mato Grosso Sul. Em nove anos foram aproximadamente R$ 5,4 bilhões que representaram 4% de recursos a mais que o Estado vizinho.

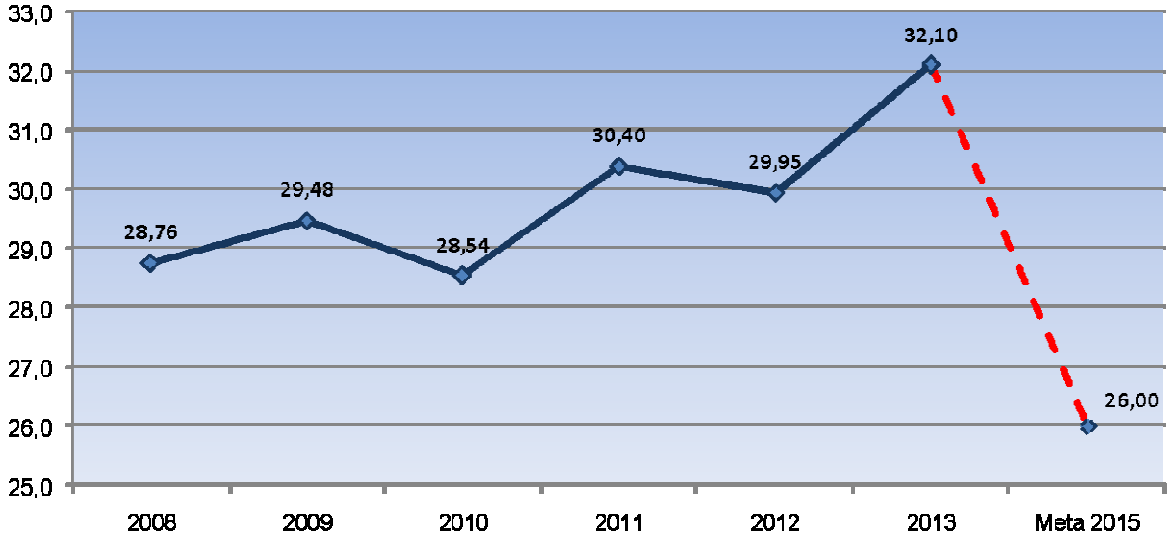
A análise geral da situação de saúde em Mato Grosso indica alguns ganhos importantes. Ao longo de nove anos o Estado conseguiu ampliar a cobertura de vacinação infantil, reduzir a mortalidade infantil e proporcionou a evolução de recursos essenciais para valorização da política pública de saúde. Mas ainda estão os tímidos resultados alcançados pelo Estado na ampliação e qualificação da atenção básica. E considerando que esse nível de atenção tem foco prioritário para aperfeiçoamento do SUS e torna-se urgente a reorganização das ações que impulsionem e coloquem a atenção básica como área central de atuação governamental. Essa reorganização deve erradicar as principais deficiências do setor como: insuficiência ou dificuldade de fixar profissionais na área, baixa articulação com a rede de serviços e exames especializados e o insuficiente cofinanciamento das três esferas governamentais.

Por isso, já nos primeiros 20 dias do governo de 2015 já atuamos para resolver os principais entraves para a conclusão da obra do hospital central em Cuiabá parada há mais de 30 anos. Já realizamos o desenho de readequação do projeto em consonância com demandas atuais por serviços em saúde.

Segurança Pública

Mato Grosso ainda possui índices elevados e crescentes de homicídios, atingindo 32,1%, em 2012 e roubos 648,3 por cem mil habitantes, muito além das metas estabelecidas.

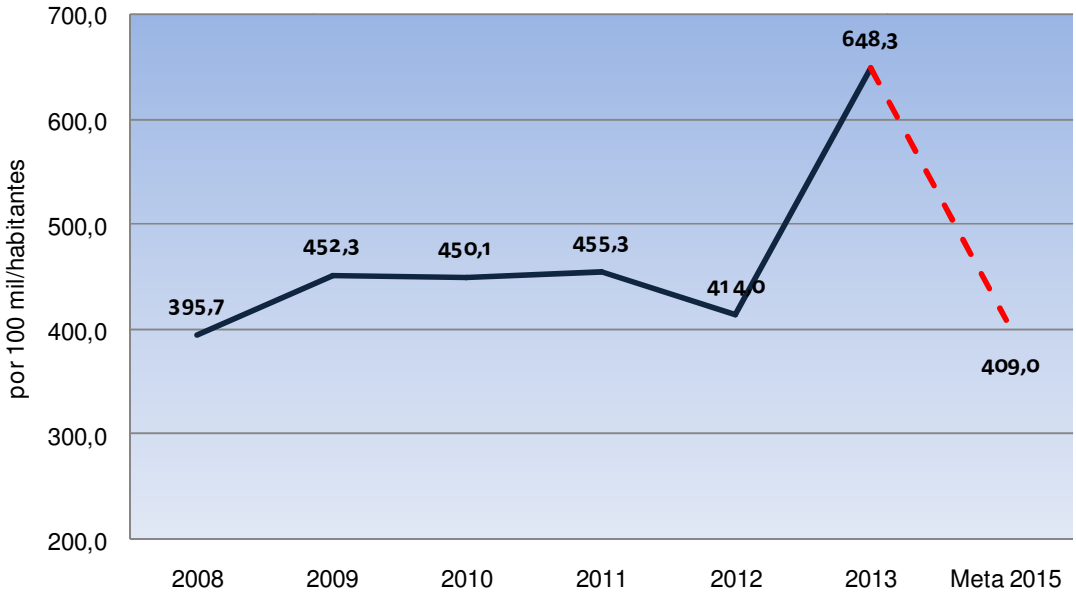
Gráfico 25- Evolução da taxa de homicídios no Estado, 2008 – 2013



Fonte: SESP/MT.

Considerando que a meta estipulada no processo de revisão do PLP, em 2010/2011, para este índice seria de 409,0% para 2015, 318% para 2020 e 248% para 2031, no entanto os dados registrados não confirmam tais projeções e, ao contrário, denotam um preocupante crescimento do indicador por mensurarem, ao invés de uma redução, um considerável aumento da taxa se considerarmos, sobretudo, 2013. O indicador cresceu e ultrapassou muito (de 234,38%) a meta estipulada, para o Estado, em 2015 (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Evolução da taxa de roubos no Estado, 2008 – 2013



Fonte: SESP/MT, 2014

Em outros termos, a taxa de roubo no Estado cresceu de 2012 para 2013. Em valores absolutos, conforme mostram os dados do quadro 1, o número total de roubos saltou de 10.753 em 2008, para 20.631 em 2013.

Quadro 1 – Número de roubos, por tipos, no período de 2008 – 2013

Tipos de roubo	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Roubo seguido de morte	49	58	49	49	40	43
Roubo de veículos	1.128	1.864	2.030	2.176	2.511	3.249
Outros roubos	10.753	11.925	11.581	12.111	10.655	17.339
Total	11.930	13.847	13.660	14.336	13.206	20.631

Fonte: SESP/MT, 2014

Em relação ao desempenho dos indicadores monitorados no PLP, a SESP avaliou que o fato de não ter alcançado as metas pode ser o resultado de desconexão entre os problemas originários e as ações estabelecidas.

Diante deste quadro, a SESP evidenciou a preocupação e a necessidade de redimensionar os esforços necessários para a segurança e demais políticas públicas de redução da criminalidade e da violência, bem como, o tempo necessário para que se consiga gerar resultados mais sensíveis e visíveis, do ponto de vista da captação de informações.

São questões que nos remetem, sobretudo, à intersetorialidade das políticas públicas gerais do Estado, assim como para a necessidade de diálogo entre as áreas na CAGEPP e suas respectivas articulações.

Para compreendermos melhor esse processo, é importante destacar que a SESP organiza o Estado em 14 áreas gerenciais, divididas por polos e em cada grande área há um conjunto de municípios. Essas áreas estão normatizadas pela portaria 99/2013/GAB/SESP de 18/10/2013 que dispõe sobre o estabelecimento das metas de desempenho, dos prazos de cumprimento e dos padrões de controle para o Sistema de Gestão de Resultados do Realinhamento do Plano Estratégico 2012-2015 SESP/MT.

Se em 2013 os resultados já causaram enorme estranhamento e preocupação, os dados do ano de 2014 revelam uma tendência ainda maior de aumento em ambas as taxas, que os afastariam ainda mais a projeção indicada para 2015.

Considerando os elevados aumentos das taxas de roubos e homicídios no Estado, também em 2014, o comitê deliberou pela priorização das 4 principais áreas mais atingidas: áreas 01, 02, 03 e 04, respectivamente, polos de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop. Entre as diversas ações indicadas pela área de segurança pública do Estado em relação a reduções das altas taxas de homicídios e roubos, de modo geral, elas concentram nas

ações de blitz e policiamento ostensivo, sobretudo, nas áreas em que são registradas o maior número de ocorrências. Os planos envolvem ações sob responsabilidade da Polícia Comunitária, da Polícia Militar, da Polícia Judiciária Civil, da Politec e do Corpo de Bombeiros.

O aumento do uso de drogas aparece como uma das possíveis hipóteses para as altas das taxas de roubos e homicídios e vale destacar que 28 municípios mato-grossenses estão na faixa de fronteira, com uma população de 479.294 habitantes: Araputanga, Barão do Melgaço, Barra do Bugres, Cáceres, Campos de Julio, Comodoro, Conquista d'Oeste, Curvelândia, Figueirópolis d'Oeste, Glória d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Nossa Senhora. do Livramento, Nova Lacerda, Poconé, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Sapezal, Tangará da Serra, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Dados do PPA 2012-2015 assinalam que a localização geográfica do Estado, com extensa área de fronteira seca, serve como fator facilitador para que o território mato-grossense seja utilizado como um corredor de drogas. Anteriormente, os dados oficiais mostravam que Mato grosso encontrava-se em situação melhor que outros estados do Centro-Oeste e também do Brasil. Contudo, a violência cresce entre jovens, negros e pobres. É como que se houvesse um 'etiquetamento social'.

De acordo com dados extraídos do Mapa da Violência 2012, comparando os dados da evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor das vítimas na população total brasileira, de 2002 a 2010, verifica-se que no acumulado final a população branca representou aproximadamente 34,5% do total, enquanto a participação da população negra (pardos e pretos) foi de 65,1%. Houve uma grande diferença entre um segmento e outro em termos de letalidade, representando quase o dobro de vitimização entre a população negra quando comparada com a população branca.

Quando estratificamos esses dados para o perfil etário, constatamos que as disparidades são ainda maiores. Analisando os aumentos do número de homicídios e da vitimização por raça/cor das vítimas na população jovem brasileira, é notória a amplitude do problema entre os jovens, já que a disparidade atinge mais de 125%, isto é, no Brasil, a probabilidade de uma pessoa jovem e negra ser vítima de homicídio é 125,6% vezes maior em comparação a um jovem branco.

Mato Grosso, por sua vez, não difere da realidade nacional e reafirma essa tendência de vitimização bem mais elevada entre a população negra. Considerando os dados do Ministério da Saúde e IBGE, verificamos que entre 2002 e 2010 ocorreu uma considerável redução no percentual de vitimização entre a população branca, de 24,9%, enquanto que entre a população negra esse índice cresceu 18,3%, isto é, em Mato Grosso os negros são aproximadamente 70% mais vítimas de letalidade quando comparados com os brancos. Assim, observa-se uma queda dos homicídios nos últimos anos entre a população branca e o um aumento entre a população negra, originando um forte acréscimo nos níveis de vitimização desse grupo populacional.

Em relação às taxas de vitimização negra de Mato Grosso (as taxas resultam da relação entre as taxas de homicídio de brancos e as de negros). Observa-se que há muito mais vítimas negras por homicídio do que brancas, pois uma taxa igual a zero indicaria que morre a mesma proporção de negros e brancos. Se o índice é negativo, morrem proporcionalmente mais brancos que negros e se for positivo, morrem mais negros que brancos.

Em Mato Grosso, assim como no Brasil, morrem bem mais negros do que brancos, uma vez que a taxa do Estado foi de 85,8% em 2010 e no Brasil 132,3%, o que evidencia um elevadíssimo índice de vitimização entre a população negra em 2010, fica explícito também a tendência crescente do problema se o compararmos com os anos anteriores a essa avaliação.

De acordo com o mapa da violência e cor do IBGE em 2012, Preocupa mais ainda a tendência crescente do problema. Os níveis atuais de vitimização

negra já são intoleráveis, mas se nada for feito de forma imediata e drástica, a vitimização negra no país poderá chegar a patamares inadmissíveis pela humanidade".

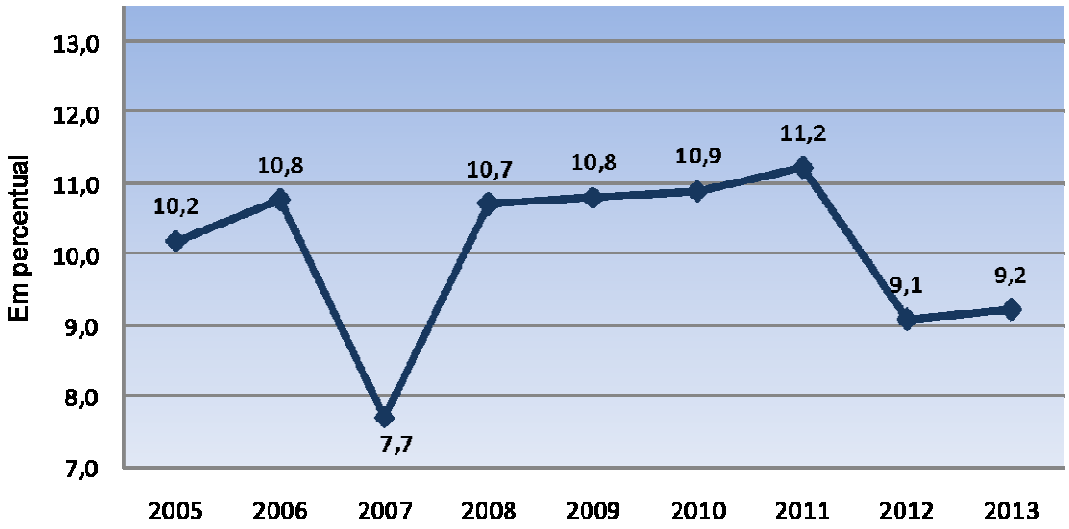
Em que pese Mato Grosso não aparecer entre os três estados que mais vitimam a população negra, os três primeiros são Paraíba, Alagoas e Pernambuco, considerando as taxas de homicídio da Federação em 2010. No entanto, apesar de aparecer entre os 10 estados que menos vitimizam, nossa realidade exige um foco mais ampliado para essa lamentável situação. Entre as capitais e cidades, num total de 608 municípios brasileiros, com mais de 50 mil habitantes em 2010, a capital de Mato Grosso aparece na 127ª posição e em relação a vitimização da população negra, com uma taxa de 119%.

Já em relação à população juvenil negra, o Estado aparece entre os 8 estados que ultrapassam 100 homicídios para cada grupo de 100 mil jovens negros, apresentando também altas taxas entre a população negra em geral.

Esses dados evidenciam a extrema urgência na adoção de políticas de segurança pública que reduzam efetivamente tais disparidades e impeçam que mais jovens negros sejam vítimas da violência no Estado.

O gráfico 27 ilustra o percentual da despesa total com segurança pública entre os anos de 2009 e 2013. Houve reduções de recursos a partir de 2011 que registrou queda de 11,2%, em 2011 para 9,2 em 2013.

Gráfico 27 – Evolução das despesas com segurança pública no estado de Mato Grosso, 2009 – 2013



Fonte: SEPLAN/MT, 2014.

Esses dados, porém, diferem do exposto no relatório de gestão de 2013, que evidencia que mais de 1 bilhão de reais foi aplicado em segurança pública no estado de Mato Grosso em 2013. Se comparado a 2012, observa-se um incremento de 21,59% na aplicação do recurso com a Segurança Pública. O Governo ampliou a capacidade operacional no Estado em 2013, sendo que 85,46% dos recursos destinados à segurança pública foram aplicados em pessoal. Do total orçado, gasta-se R$ 35,1 milhões para cada grupo de 100 mil habitantes de Mato Grosso, ou seja, R$ 351,00 para cada habitante, considerando a projeção de habitantes para 2013 do IBGE.

O montante de recursos que está sendo executado no portfólio de projetos da SESP, captados em convênios patrocinado por parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal até novembro de 2013 (SENASP, SESGE, INEP, INFRAERO,ANP,BNDES) totalizou 51 milhões de reais, assim distribuídos.

Outros dados internos fornecidos indicavam que a quantidade de servidores públicos dessa área girava em torno de aproximadamente 11 mil servidores distribuídos entre casa militar, corpo de bombeiros, polícia judiciária civil, polícia militar, Politec e SESP. Apenas cerca de 2.500 são servidores da carreira dos policiais civis e o restante é da carreira militar.

Numa observação mais geral, verifica-se que os municípios que mais possuem servidores alocados nesta área são: Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis.Não conseguimos, no entanto, identificar um padrão comum ou critério específico de alocação, porque, se não houver, isto contribui negativamente para alocação de pessoal em locais que demandariam mais pessoas. Neste sentido, percebe-se que Cuiabá possui quase seis vezes mais trabalhadores que a cidade vizinha de Várzea Grande. São observações que merecem aprofundamento e reflexão.

Outro aspecto que merece ponderação refere-se aos crimes praticados na fronteira, os quais demandam investimento em tecnologia de controle, estudos e inteligência para implementação de novas bases em cidades fronteiriças. Estima-se que a o déficit de policiais militares no Estado, de acordo com dados da própria SESP, seria de quase 50%.

Considerando esta defasagem e a urgência em ampliar os meios para garantir mais segurança para todos os mato-grossenses no primeiro mês de governo priorizei o ingresso de 1.350 policiais e bombeiros.

A DINÂMICA ECONÔMICA DO ESTADO

Na área econômica, Mato Grosso mesmo diante de conjunturas externas adversas, manteve seu crescimento impulsionado pelas atividades produtivas, principalmente, aumentos na produção agropecuária e investimentos em infraestrutura, demonstrados pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), no período entre 2005 e 2012

O Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Mato grosso, de acordo com o IBGE, subiu de R$37,5 bilhões, em 2005 para R$80,8 bilhões em 2012 (Tabela 3). Embora Mato Grosso do Sul e Goiás, também tenham registrado dinamismo, em Mato Grosso apresentou um ritmo mais acelerado, especialmente, até 2009. Depois, entre 2008 e 2009, houve uma desaceleração no ritmo de crescimento econômico do Estado, ainda assim, em 2009, com um PIB superior a R$57,0 bilhões, Mato Grosso se destacou na geração de riquezas para região Centro-Oeste. A partir de 2010, o estado de Goiás com investimentos em infraestrutura econômica e política tributária mais atrativa assume a liderança na região Centro-Oeste.

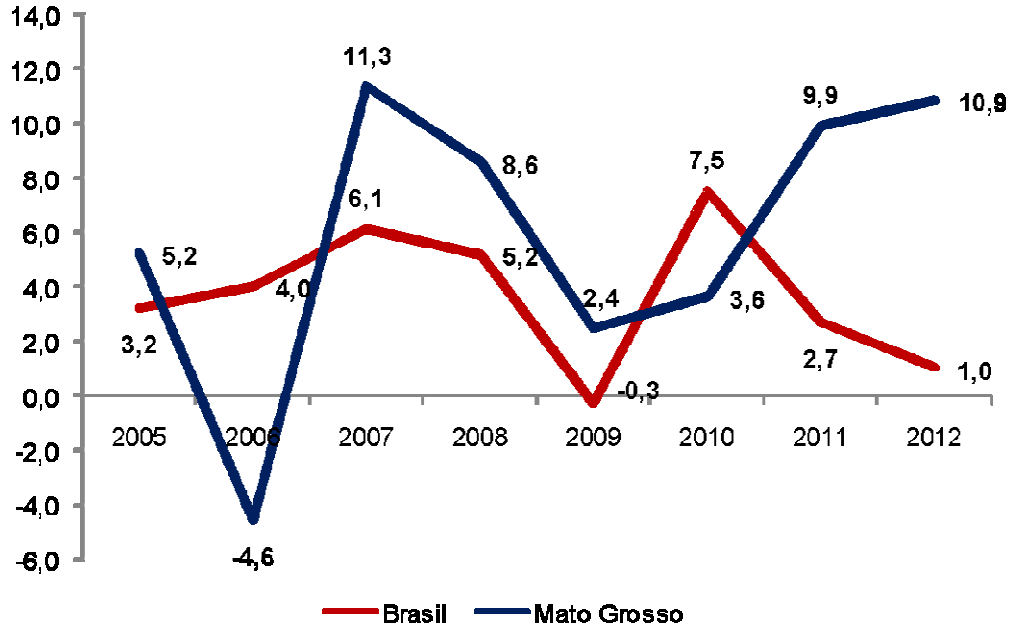
Tabela 3 – Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, do Brasil e estados da região Centro-Oeste - 2004-2009

Anos	PIB a preços correntes (mil Reais)			
	Brasil	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Goiás
2005	2.147.239.292	37.465.937	21.650.854	43.242.512
2006	2.369.483.546	35.257.614	24.341.236	40.456.958
2007	2.661.344.525	42.687.119	28.121.420	45.027.147
2008	3.032.203.490	53.386.488	33.142.746	51.770.548
2009	3.239.404.053	57.294.192	36.368.094	49.630.654
2010	3.770.084.872	59.599.990	43.514.207	97.575.930
2011	4.143.013.337	71.417.805	49.242.254	111.268.553
2012	4.392.093.997	80.830.108	54.471.447	123.926.301

Fonte: IBGE, 2014

Conforme dados do gráfico 28, as taxas anuais de crescimento real do PIB do Estado registraram flutuações acentuadas na economia mato-grossense. Vale destacar os picos de superaquecimento da economia estadual que ocorreram em 2007, quando Mato Grosso apresentou a taxa de 11,3% e nos anos de 2011 e 2012 com crescimento real, em torno, de 10,0%. Ocorreram nos anos de 2006 e 2010, significativas retrações nas atividades, com taxa negativa de 4,6% em 2006 e com crescimento de 3,6%, em 2010, abaixo da taxa de crescimento de 7,5% do PIB do Brasil.

Gráfico 28 – Taxa anual de crescimento real do PIB dos estados da região Centro-Oeste - 2003-2008



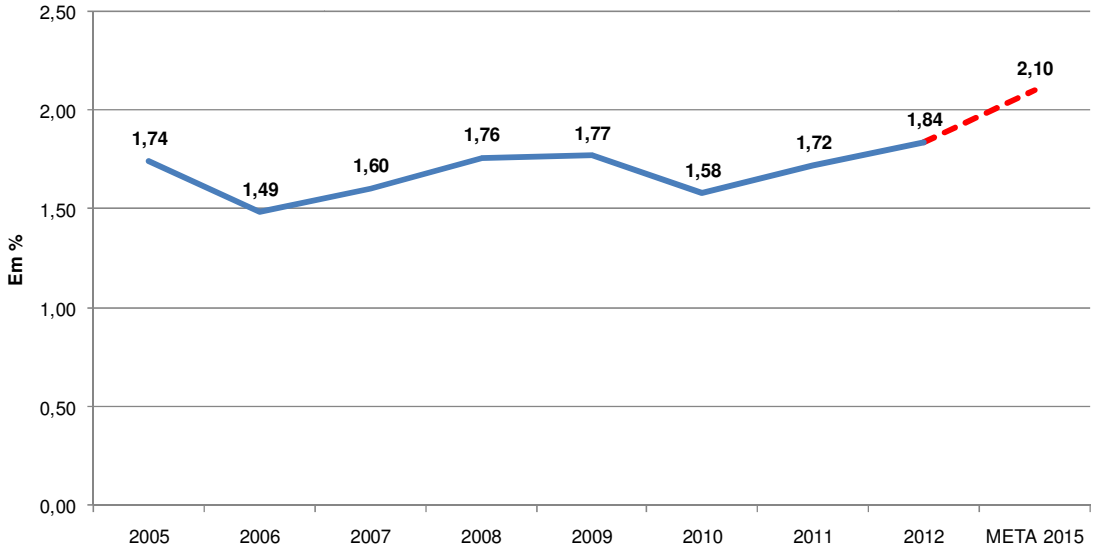
Fonte: IBGE, 2014.

As flutuações nos ciclos de negócios evidenciaram que a economia mato-grossense tem a capacidade de responder rapidamente a expectativas positivas, e também, de sentir com mais intensidade os efeitos das instabilidades econômicas e políticas nacional e internacional, por exemplo, os

efeitos decorrentes das crises cambiais e financeiras na Europa e nos Estados Unidos.

Quanto à participação do Estado na formação das riquezas nacional, gráfico 29, as taxas mostraram que o significativo desempenho da economia mato-grossense evidenciada pelo PIB contribuiu para que a participação do PIB de Mato Grosso no PIB do Brasil elevasse de 1,72%, em 2011 para 1,84%, em 2012. Apesar da tímida representatividade estadual, 1,84% em 2012, no PIB brasileiro, este resultado aproximou da meta de aumentar esta participação para 2,10%, em 2015, entretanto deve-se considerar que seu alcance ainda é um desafio para a economia Estadual, porque mesmo com a pujança da economia de Mato Grosso, o desempenho do PIB nacional foi pífio.

Gráfico 29 – Percentual da participação mato-grossense no PIB do Brasil e do Centro-Oeste - 2005-2009

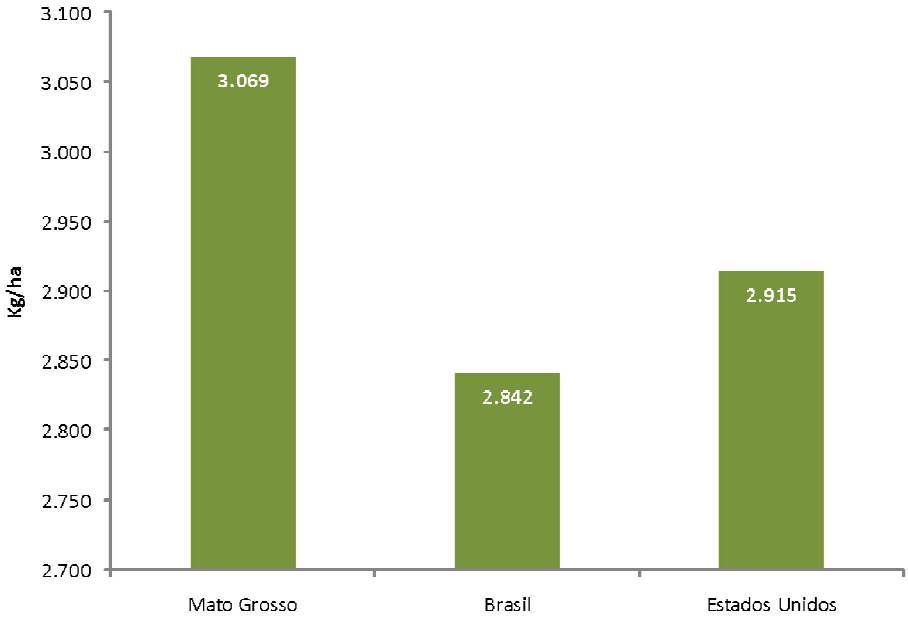


Fonte: IBGE, 2014.

A economia mato-grossense sustentou taxas de participação nos PIBs, acima da média nacional, devido ao alto rendimento da produção agropecuária, particularmente, a produção de soja, na safra 2013/2014. O rendimento médio

na produção da soja em Mato Grosso, gráfico 4, foi de 3.069 quilos por hectare. Acima das médias de 2.842 kg/ha do Brasil e 2.915 kg/ha registrado pelos Estados Unidos (Gráfico 30).

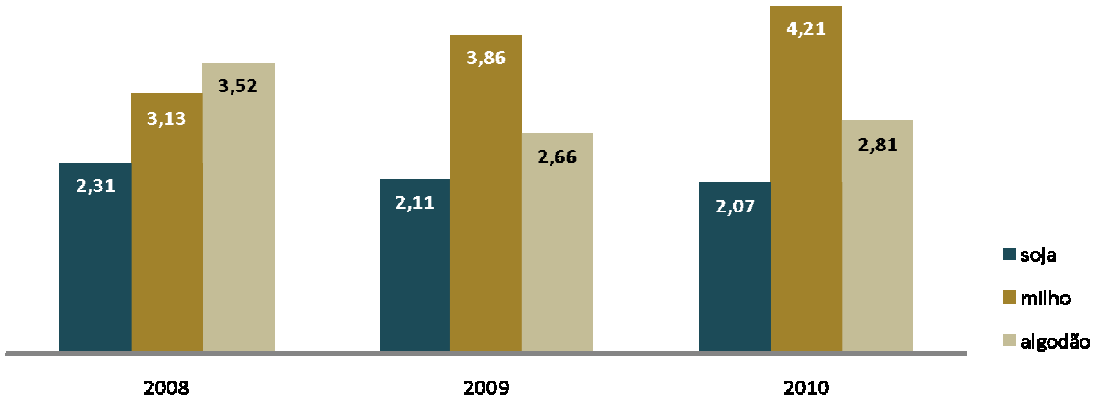
Gráfico 30 - Rendimento médio na produção de soja em Mato Grosso, no Brasil e nos Estados Unidos da América, safra - 2013-2014.



Fonte: EMBRAPA, 2015.

As Vantagens Comparativas Reveladas (CVR) do milho e do algodão também contribuíram para assegurar essas posições, pois os índices confirmaram o peso desses produtos na pauta das exportações mato-grossenses. No período analisado, gráfico 31, o índice de vantagem comparativa do milho mostrou-se em crescimento e o algodão, mesmo com declínio no índice, continuou a ser um produto competitivo para o Estado.

Gráfico 31 – Índice da CRV dos principais produtos de Mato Grosso - 2008-2010



Fonte: SEPLAN, 2011.

As vantagens comparativas desses produtos, aliadas à produção da soja, contribuíram para aumentar a participação do Estado no volume das exportações brasileiras e manteve elevada a taxa de sua participação na região Centro-Oeste. A participação mato-grossense no total exportado, ao longo da década, aumentou significativamente (Tabela 4). A taxa de 3,5% no ano 2005 cresceu 85,7% e atingiu 6,5%, em 2013. Neste ano, foi constatada, a importância de Mato Grosso para as exportações do Centro-Oeste. O maior exportador da região, responsável por 55,7% nas vendas externas regionais.

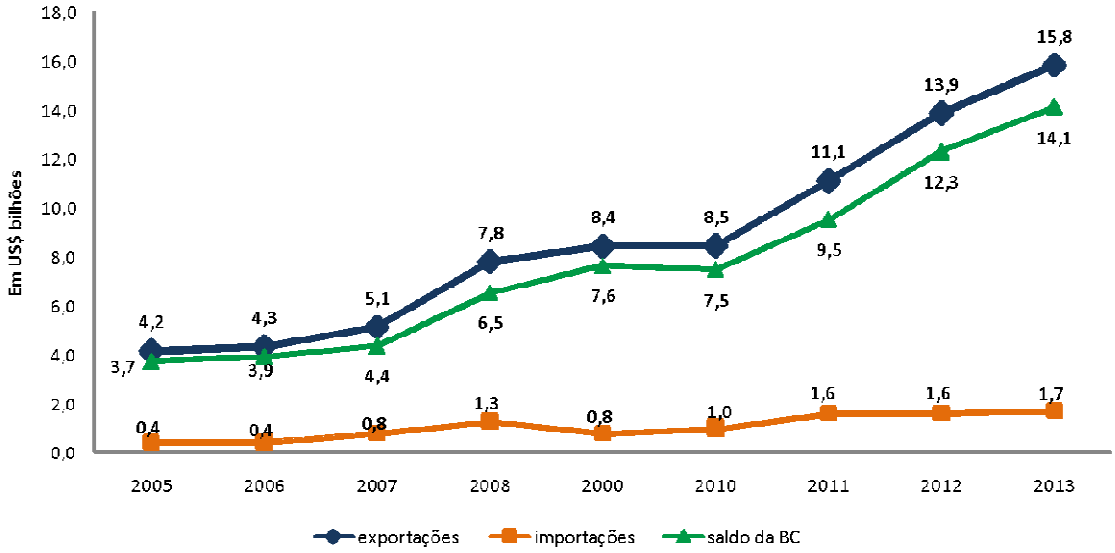
Tabela 4 – Representatividade das exportações de Mato Grosso nas exportações do Centro-Oeste e do Brasil - 2005-2013

Anos	Mato Grosso (US$ bilhões)	Brasil (US$ bilhões)	Centro-Oeste (US$ bilhões)	Participação de Mato Grosso/Centro-Oeste (%)	Participação de Mato Grosso/Brasil (%)
2005	4,2	118,5	7,2	57,8	3,5
2006	4,3	137,8	7,5	57,8	3,1
2007	5,1	160,6	9,7	52,9	3,2
2008	7,8	197,9	14,2	55,2	3,9
2009	8,4	153,0	14,1	59,7	5,5
2010	8,5	201,9	15,6	54,1	4,2
2011	11,1	256,0	20,8	53,3	4,3
2012	13,9	242,6	25,6	54,1	5,7
2013	15,8	242,2	28,4	55,7	6,5

Fonte: MDIC, 2011.

Mato Grosso, em 2013, vendeu para o exterior US$ 15,8 bilhões e comprou US$1,7 bilhão de dólares. Isto representa um saldo positivo na balança comercial de US$ 14,1 bilhões, ou seja, aumentou 281,1% nos últimos dez anos, passou de US$ 3,7 milhões, em 2005 para US$14,1 bilhões em 2013, gráfico 32, um crescimento vertiginoso. É importante destacar que esses resultados foram obtidos mesmo diante das diversas turbulências internacionais, entre elas, as crises financeiras dos Estados Unidos da América (EUA) e da Europa e as variações nas taxas de câmbio.

Gráfico 32 – Evolução da balança comercial de Mato Grosso - 2005-2013



Fonte: MDIC, 2015.

Em 2013, o predomínio das *commodities,* na pauta das exportações mato-grossenses, confirma o caráter de economia exportadora de produtos primários, sobretudo, grãos e carnes representavam 94,2% na pauta de exportações do Estado e os bens industrializados correspondiam a 5,8% (Tabela 5). Por outro lado, os produtos industrializados representaram 89,2%, do total dos bens importados. A concentração das exportações em produtos primários, com baixa agregação de valor à produção estadual, torna economia do Estado vulnerável a flutuações do mercado internacional. É importante criar condições para promover a diversificação da estrutura produtiva do Estado.

Tabela 5 – Participação dos produtos básicos e industrializados na balança comercial de Mato Grosso - 2005-2013

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Exportações									
Produtos básicos	83,8	85,6	85,4	88,2	91,5	91,2	92,3	92,8	94,2
Produtos industrializados	16,2	14,4	14,6	11,8	8,5	8,8	7,7	7,2	5,8
Importações									
Produtos básicos	5,4	4,8	3,2	2,4	1,1	0,6	0,7	6,9	10,8
Produtos industrializados	94,6	95,2	96,8	97,6	98,9	99,4	99,3	93,1	89,2

Fonte: MDIC, 2015.

Entretanto, a elevada capacidade de competição dos produtos mato-grossenses é afetada por deficiências, como: qualificação da mão de obra, pesquisas, inovações e infraestrutura. De acordo com o Índice de Competitividade Estadual – Fatores (ICE-F) da tabela 6, que inclui essas deficiências, Mato Grosso ocupou a 17ª posição na classificação nacional e registrou o pior desempenho da região Centro-Oeste. Convém considerar, que isto diminui a capacidade de competição do Estado. Assim, a tabela 6, mostra que Mato Grosso perdeu posições e ficou em 19º lugar, quando foram avaliadas a infraestrutura, a pesquisa e a inovação e em 14º no item qualificação da mão de obra. Cabe ressaltar que os dados são de 2006, mas foram considerados nesta análise porque referem-se a itens estruturais que demandam um tempo mais longo para que apresentem alterações significativas.

Tabela 6 – Índice de competitividade e classificação do Distrito Federal e dos estados da região Centro-Oeste – 2006

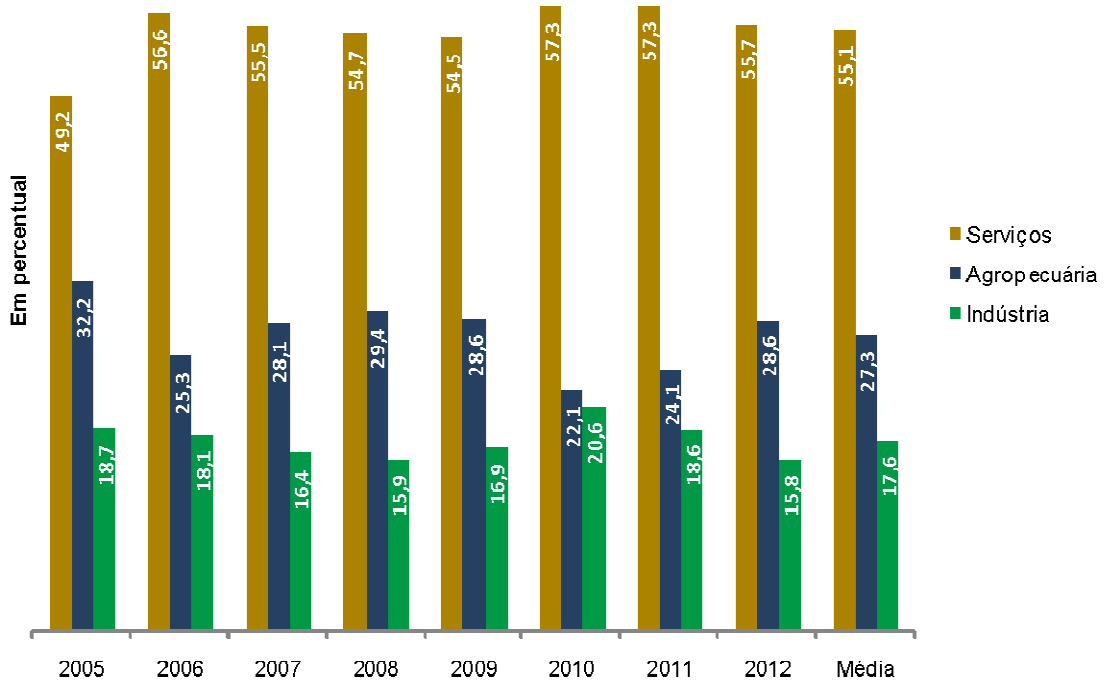
UF	ICE-F		Qualificação da força de trabalho		Conhecimento e inovação		Infraestrutura	
	Índice	Classificação	Índice	Classificação	Índice	Classificação	Índice	Classificação
Distrito Federal	0,744	3º	0,949	1º	0,511	7º	0,772	3º
Mato Grosso do Sul	0.506	8º	0,619	7º	0,313	16º	0,586	9º
Goiás	O,401	13º	0,394	15º	0,302	17º	0,506	10º
Mato Grosso	0,343	17º	0,402	14º	0,262	19º	0,366	19º

Fonte: MBC, 2006.

Isto mostra que, apesar das elevadas taxas de crescimento econômico, nos últimos anos, em Mato Grosso, ainda persistem grandes obstáculos que impedem melhorias de competitividade de seus produtos. Faz-se necessário diminuir as limitações de infraestrutura e logística, particularmente, no setor de transportes e elevar o nível de desenvolvimento em inovações tecnológicas, para desenvolver ambientes favoráveis à competição do Estado.

Deve-se considerar outro aspecto importante que é a composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado, gráfico 33. Em média, a composição do VAB foi: a agropecuária com 27,3%, o setor de serviços com 55,1% e a indústria com 17,6%. Vale destacar que a base econômica de Mato Grosso é sustentada pela agricultura, pecuária, e também, pelo comércio. Certamente, isso ocorreu devido à crescente produção de soja; algodão, milho e do rebanho bovino.

Gráfico 33– Participação dos setores de atividades econômicas no VAB de Mato Grosso - 2005-2012



Fonte: IBGE, 2014.

Como pode ser observado na tabela 7 o setor agrícola mato-grossense foi impulsionado pelo crescimento da produção de grãos, decorrente do incremento no uso de tecnologias que modernizou a agricultura estadual, ao longo das últimas décadas, com o uso de insumos, máquinas e equipamentos de alta performance.

Tabela 7 – Produção de grãos em Mato Grosso, no Centro-Oeste e no Brasil e a representatividade do Estado na produção da região CO e do Brasil - 2005-2013

Anos	Mato Grosso (t)	Brasil (t)	Centro-Oeste (t)	Participação Mato Grosso/Centro-Oeste (%)	Participação Mato Grosso/Brasil (%)
2005	25.471.170,0	108.633.267,0	43.046.656,0	59,2	23,4
2006	22.310.546,0	115.331.825,0	40.336.837,0	55,3	19,3
2007	24.591.415,0	130.353.553,0	44.922.159,0	54,7	18,9
2008	28.897.048,0	140.930.726,0	51.601.069,0	56,0	20,5
2009	28.863.840,0	129.540.732,0	49.457.439,0	58,4	22,3
2010	29.415.253,0	143.774.059,0	52.798.059,0	55,7	20,5
2011	32.218.654,0	155.168.807,0	57.241.396,0	56,3	20,8
2012	41.535.038,0	159.089.126,0	72.080.225,0	57,6	26,1
2013	46.765.416,0	183.192.781,0	79.277.064,0	59,0	25,5

Fonte: IBGE, 2015.

Mato Grosso, em 2005, tabela 7, produzia mais de 25 milhões de toneladas de grãos e ultrapassou os 46 milhões em 2013. Isso representou um crescimento de, aproximadamente, 83,6% da produção em relação a 2005. Em 2006 esse ciclo de crescimento sofreu uma redução de 12,5% na quantidade produzida, foram 22,3 milhões. Essa queda, no entanto, não diminuiu a importância do Estado, nos contextos regional e nacional, porque este continuou com participação significativa de 59,0% na região Centro-Oeste e com 25,5% na produção brasileira em 2013.

A pecuária é outra atividade explorada de forma intensa no Estado. A intensidade desta atividade pode ser constatada na atualidade, conforme tabela 8, o Estado tem o maior rebanho bovino do País, com 28,7 milhões de cabeças.

Tabela 8 – Maiores produtores de bovinos do Brasil, em milhões de cabeças - 2005-2012

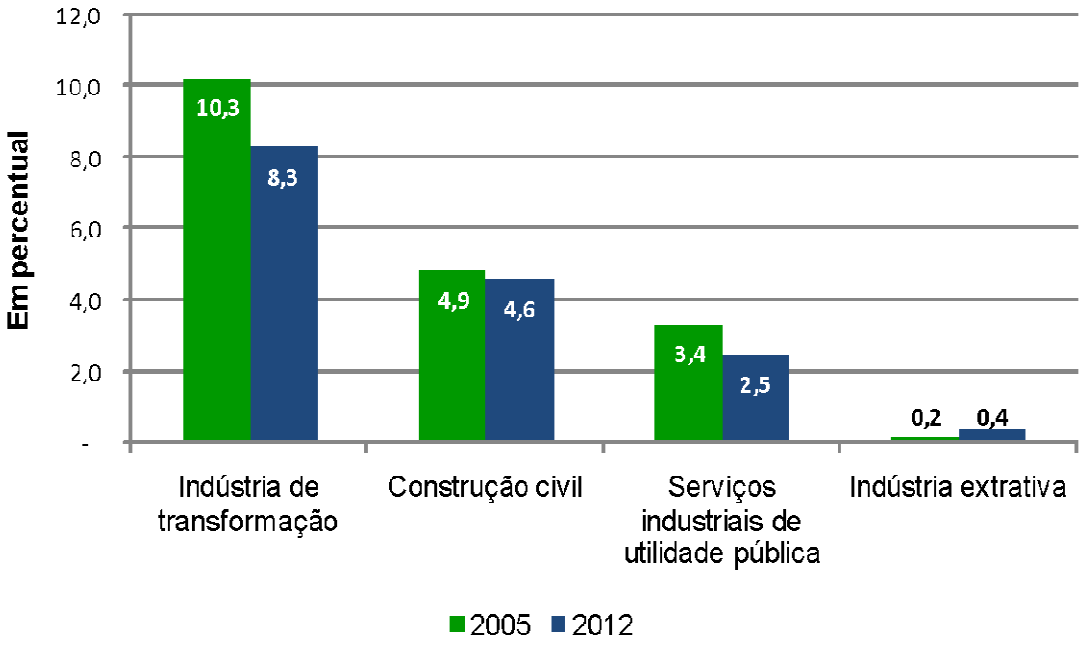
Anos	Estados				
	Mato Grosso	Minas Gerais	Mato Grosso do Sul	Goiás	Pará
2005	26,7	21,4	24,5	20,7	18,1
2006	26,1	22,2	23,7	20,6	17,5
2007	25,7	22,6	21,8	20,5	15,4
2008	26,0	22,4	22,4	20,5	16,2
2009	27,4	22,5	22,3	20,9	16,9
2010	28,8	22,7	22,4	21,3	17,6
2011	29,3	23,9	21,6	21,7	18,3
2012	28,7	24,0	21,5	22,0	18,6

Fonte: IBGE, 2015.

A indústria, em Mato Grosso, é a atividade com menor participação no VAB e registrou, no período 2005 a 2012, 15,8% em média, gráfico 34. Esse percentual refletiu a limitada capacidade industrial do Estado. Em 2012, a participação dos segmentos industriais mato-grossenses no VAB, gráfico 34, foi: 8,3% da indústria de transformação, 4,6%, da construção civil, 2,5% dos serviços industriais de utilidade pública que incluem os serviços de eletricidade, saneamento, abastecimento de água e gás e 0,4% da indústria extrativa.

As duas principais linhas utilizadas para alavancar o setor industrial no Estado nos últimos 04 anos foram os incentivos concedidos pelo PRODEIC que contemplou projetos de 77 empresas, com investimento previsto na ordem de R$ 2,7 bilhões. A aprovação destes investimentos possibilitará o funcionamento de 79 empreendimentos industriais e/ou comerciais em Mato Grosso e pelo o Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial (FUNDEIC) que concedeu financiamentos a 23 empresas de micro e pequeno porte, em diversos municípios do Estado, totalizando os empréstimos em R$1.8 bilhão. Recursos estes destinados a investimento em construção civil e aquisição de máquinas e equipamentos. Em 2013, os investimentos foram de R$ 3,6 milhões para financiar 32 empresas.

Gráfico 34 – Participações das atividades econômicas do setor industrial no VAB - 2005/2009



Fonte: IBGE, 2014.

Pode ser considerado como as principais ações realizadas pelo Governo, nestes 4 anos, visando estimular à industria extrativa mineral: 1.107 análises para determinação de ouro em rochas e sedimentos correntes que embasaram a orientação econômico-financeira para as atividades minerais realizada pela Companhia Mato-Grossense de Mineração (METAMAT), em 2011. Foram realizados, também, estudos de fotointerpretação para o levantamento de afloramentos expostos nesta região, além das etapas, em campo, de coletas de amostras de granitos para estudos de suas características petrográficas que serviram de apoio a Companhia de pesquisa e Recursos Minerais do Brasil (CPRM) na elaboração do Atlas de Rochas Ornamentais da Amazônia Brasileira.

Foram iniciadas, ainda em 2012, atividades de mapeamento geológico para identificar ambientes favoráveis a jazimentos minerais em Rondonópolis, Rio Branco e Dom Aquino, em parceria com a Companhia de Pesquisas de

Recursos Minerais (CPRM).

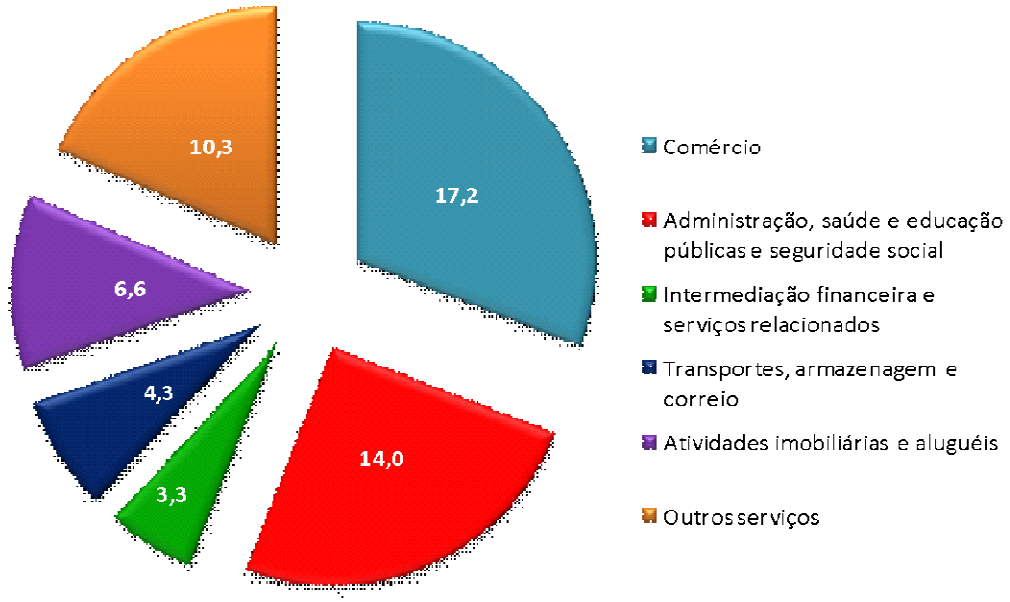
Cabe ainda destacar que em 2012 foram solicitados 955 requerimentos ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para exploração mineral em Mato Grosso, o que gera expectativas de investimentos na industria estadual.

A construção civil, mesmo com redução na participação do VAB em 2009, manteve-se em segundo lugar porque é uma atividade que recebe impactos positivos oriundos da expansão de outras atividades produtivas, principalmente, execução dos serviços industriais de utilidade pública que ampliaram unidades de prestações de serviços para acompanhar o crescimento das atividades econômicas no Estado.

Outro ponto importante, no período analisado, é dos investimentos realizados em diferentes atividades industriais no Estado. O setor de beneficiamento de grãos, por exemplo, implantou unidades para produzir gêneros alimentícios e matérias-primas que atendessem demandas na produção de rações para a avicultura e a suinocultura. Até março de 2011, de acordo com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial (CEDEM), foram aprovados 99 projetos para instalar indústrias em Mato Grosso. Isto representou investimentos de, aproximadamente, R$ 295 milhões nos setores de processamento grãos para produzir óleo comestível, óleo degomado, etc.

No setor de serviços o aumento no VAB foi decorrente das atividades públicas e do comércio e representou 31,2% do valor adicionado total, gráfico 35. Essas atividades, estimuladas pela dinâmica das atividades agropecuárias, foram expandidas para atender necessidades de cidades mato-grossenses.

Gráfico 35 – Participações percentuais das atividades econômicas do setor de serviços no VAB de Mato Grosso – 2012



Fonte: IBGE, 2014.

As atividades do comércio e da administração pública, especialmente, os serviços de educação, de saúde e de seguridade foram as que demonstraram maior representatividade, durante o período de 2005 a 2012. Isso reflete a importância desses segmentos, devido os avanços ocorridos nos demais setores da economia mato-grossense.

Turismo

Cabe destacar, que os projetos apresentados buscaram melhorar a infraestrutura turísticas das cidades sedes da copa do mundo de futebol criaram grandes expectativas para alavancar a economia local. Entretanto, como ocorreu com a agricultura familiar os resultados obtidos mostram que o turismo no Estado continua sendo uma potencialidade pouco explorada.

Aqui destacamos os principais resultados alcançados pelas as ações executadas para alavancar o turismo:

- criação das marcas turísticas dos municípios de Cuiabá, Poconé, Santo Antonio do Leverger e Várzea Grande.
- a implantação, em 2012, do Sistema de Gestão do Turismo – ECOBOOKING no município de Chapada dos Guimarães.
- a inclusão de 42 atrativos turísticos, 53 meios de hospedagens, 99 serviços de alimentação, bares e restaurantes no catálogo de negócios, arranjos e parcerias comerciais.
- inserção no catálogo da rota turística da Galinhada, de 09 empreendimentos em Cuiabá, de 05 na rota do Artesanato, em Poconé e de 07 na rota dos Quitutes, em Santo Antonio do Leverger.
- a formatação de 42 produtos turísticos e inclusão no catálogo de produtos turísticos destinados às agências receptivas nos municípios de Cuiabá, Poconé, Santo Antonio do Leverger e Várzea Grande.
- Criação da base de dados e disponibilidade de informações digitais sobre a demanda turística do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.
- Criação do arquivo fotográfico formado por um banco de imagens com materiais fotográficos de alta resolução, apresentado em meio impresso por miniaturas e em meio digital (DVD).

O Estado, em 2012, contratou junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recursos no valor de R$ 250 milhões Para executar obras de melhoria na infraestrutura turística previstas no Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODESTUR). Das grandes obras previstas no programa só foram iniciadas as obras de modernização e ampliação do aeroporto de Rondonópolis, mas estão paralisadas por determinação do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e as obras revitalização do complexo da salgadeira, com apenas 37% das obras executadas. As obras de implantação do Memorial Rondon, no município de Santo Antonio do Leverger, com valor

estimado em R$ 3,0 milhões e as obras de revitalização da MT 060, no trecho entre Pixaim e Poconé a e de substituição de 31 pontes na transpantaneira, estas obras foram orçadas em 31,4 milhões. Entretanto até 2014, apenas ordens de serviços tinham sido emitidas.

Está previsto para 2015, a conclusão das obras do Memorial Rondon. Ainda neste ano, serão estabelecidas parcerias entre as Secretaria de Estado de Cultura e o Gabinete de Comunicação para inaugurar o museu, em homenagem aos 150 anos do Marechal Cândido Rondon.

Dessa maneira, pode-se constatar que a economia mato-grossense sustentou, no período analisado, taxas de crescimento econômico, acima da média nacional, devido à forte atuação do mercado, centradas na pecuária extensiva e na produção de grãos em grande escala.

Aliado a isso, a estrutura fundiária torna-se uma questão relevante para o desenvolvimento de estadual porque existem sérios conflitos fundiários no Estado, principalmente, os que estão relacionados a titulações de terras e a formas de aquisições de propriedades.

A agricultura familiar em Mato Grosso é a principal atividade econômica, na maioria dos municípios. Em 2009, existiam 140.201 produtores na agricultura familiar que desenvolviam suas atividades em comunidades tradicionais e em assentamentos da reforma agrária. Foram beneficiadas 50.155 famílias nas comunidades tradicionais e mais de 90 mil em programas de assentamentos. Para promover melhor assistência técnica a esses produtores foram criados 15 (quinze) consórcios intermunicipais que têm a função de intermediar ações que promovam o desenvolvimento regional.

Os resultados das ações que visavam incentivar as práticas da agricultura familiar, nos últimos 4 anos, foram:

- 16 (dezesseis) municípios foram equipados com resfriadores de leite;
- Apoio a produções agrícolas e ao desenvolvimento rural nos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Complexo Nascentes do Pantanal e Vale do Guaporé.
- 120 produtores da agricultura familiar e, indiretamente, 2 mil produtores foram beneficiados a distribuição de insumos e equipamentos para instalar Unidades de Referência Tecnológica (URT).
- 36 Associações de Produtores da Agricultura Familiar e 01 Sindicato de Trabalhadores Rurais foram equipadas.
- 2.220 produtores da agricultura familiar em 30 municípios foram beneficiados com kits patrulha.
- Proporcionou acesso ao crédito do PRONAF a 5.683 agricultores familiares, com a captação de R$ 89,4 milhões

Observa-se que os esforços das ações de políticas públicas empreendidas nos últimos anos, não causarão impactos na infraestrutura, por exemplo, para distribuição e comercialização da produção gerada pela agricultura familiar

Nos últimos anos, ocorreram avanços nas políticas de regularização fundiária do Estado. O Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) implantou o projeto Varredura que possibilitou identificar, demarcar e promover a regularização de terras públicas que, em geral, estavam ocupadas sem registro. Mesmo com esses avanços, atualmente, os problemas relativos a regularizações fundiárias das propriedades produtivas ainda constituem em empecilhos para o desenvolvimento de Mato Grosso, porque, dificultam o acesso ao crédito, sobretudo, para os pequenos produtores, também aumentam conflitos pela posse da terra e criam instabilidades para novos investimentos.

Mercado de Trabalho

É importante destacar que a última década foi marcada por avanços no mercado de trabalho. Foi registrados aumentos no rendimento médio dos salários e no número de empregos de trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

Outro aspecto relevante foi o crescimento de 63,2% no rendimento médio dos trabalhadores mais pobres no Estado. Esse forte crescimento da renda entre as pessoas mais pobres foi propiciado pela inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho. Isto demonstra que a melhoria das condições de vida da população mais carente foi alcançada pelo acesso ao emprego e, não apenas, pelos benefícios recebidos de programas de transferência de renda.

Na última década houve, além do crescimento no rendimento médio dos trabalhadores, aumento nos seus níveis de escolaridade. A escolaridade média aumentou em 25,3%, saiu de 6,9 para 8,6 anos de estudo. Isto proporcionou uma redução da desigualdade no mercado de trabalho e demonstra mudanças estruturais com reduções nos níveis de renda, ainda que, problemas graves no que se refere à qualidade do ensino persistam.

Cabe destacar, também, os resultados das ações de combate à exploração do trabalho infantil no Estado. No período de 2002 a 2012, a participação da população que trabalha, na faixa etária de 5 a 17 anos, caiu de 15,0% para 10,5%, com queda de 30,0 % durante o período analisado.

Transporte

O atual sistema de transporte e logística mato-grossense constitui um entrave à competitividade das empresas instaladas no Estado, e também, dificulta a integração de Mato Grosso com o Brasil e com a América Latina, apesar da posição geopolítica privilegiada do Estado, particularmente, no que se refere ao sistema de transportes fluviais, visto que estão localizadas em Mato Grosso importantes bacias hidrográficas do País.

A malha rodoviária federal que atravessa o Estado é constituída por 4.548,0 quilômetros de estradas federais, sendo 3.700,0 de vias pavimentadas e 848,0 de vias sem pavimentação. Complementa esta malha 25.547,0 quilômetros de estradas estaduais. Deste total, 20.668,7 quilômetros são de rodovias não pavimentadas e apenas 4.878,3 quilômetros de rodovias pavimentadas. Cabe destacar que existem ainda, 6.223,1 quilômetros de rodovias federais e estaduais planejadas, fato que mostra a importância de investimentos em infraestrutura de transportes no Estado (Tabela 9).

Tabela 9 - Malha rodoviária no estado de Mato Grosso

MALHA RODOVIÁRIA	PLANEJADA	%	NÃO PAVIMENTADA	%	PAVIMENTADA	%	TOTAL	%
Federal	2.081,6	33,4	848,0	3,9	3.700,0	43,1	4.551,9	15,1
Estadual	4.141,5	66,6	20.668,7	96,1	4.878,3	56,9	25.643,1	84,9
TOTAL	**6.223,1**	**100,0**	**21.516,7**	**100,0**	**8.578,3**	**100,0**	**30.195,0**	**100,0**

Fonte: SETPU, 2013

A localização geográfica do Estado desempenha papel relevante para economia estadual, porque permite o escoamento da produção por diversas rotas que formam os corredores multimodais de transportes nos sentidos Noroeste, Sudeste, Centro-Norte e Centro-Nordeste. Estes corredores são constituídos por importantes eixos rodoviários formados pelas BR's 364, 163,

070 e 174. A BR-364 que liga Cuiabá a Rondônia em Porto Velho constitui em importante eixo de escoamento da produção agrícola da região Noroeste de Mato Grosso. A BR-163 que completa o eixo entre Cuiabá e Santarém no Pará atravessa alguns dos mais dinâmicos municípios mato-grossenses. A BR-070 é outro eixo viário importante que liga o Estado, a Leste, até a divisa com Goiás e a Oeste até a fronteira com a Bolívia, passando por Barra do Garças, Cuiabá e Cáceres. A BR-158 cruza os municípios das regiões Leste e Nordeste de Mato Grosso no sentido norte-sul, conectando-os às regiões Norte e Sul do país. A BR-174 que liga Cáceres a Porto Esperidião e a Vila Bela da Santíssima Trindade e a BR-242 integra Mato Grosso aos estados de Tocantins e Bahia. Além da Ferronorte e das hidrovias do rio Paraguai, do rio Amazonas e do Rio Madeira.

Por outro lado, dado o caráter da economia mato-grossense, cuja base está contemplada a agricultura, especialmente voltada para a produção de grãos destinada ao comércio exterior e que depende para tal do transporte de insumos e abastecimento de sua população. A falta de armazéns adequados exige do agricultor movimentação das colheitas para comercialização ou manejo pós-colheita. Todavia, as condições de estradas ou sua ausência, tem causado ônus de parte significativa da sua safra no momento da circulação das mesmas pelas suas rodovias na direção aos distantes portos marítimos e fluviais.

As rodovias que seguem no sentido Sudeste do Estado são as mais utilizadas, porque permitem ligações aos principais portos das regiões Sul e Sudeste do país, particularmente, aos portos de Santos e de Paranaguá. Em 2014, de acordo com o quadro 2, foram exportados 80,3% da produção estadual pelos portos das regiões Sul e Sudeste do país. Deste total, 54,8% foram pelo o porto de Santos, 10,6% por Paranaguá, 10,8% pelo porto de Vitória e 4,8% por São Francisco do Sul. No sentido Centro-Norte de Mato Grosso, ainda em 2014, saíram pelos portos da região Norte do Brasil 11,6%

da produção agropecuária de mato-grossense. Foram destinadas ao porto de Manaus 6,7% e para Santarém, 4,7% da produção local.

Quadro 2 Percentual de escoamento das exportações de Mato Grosso, segundo os principais portos marítimos, 2007-2012

Porto	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Santos - SP	40,5%	50,4%	56,1%	60,0%	61,3%	62,0%	57,3	54,8
Paranaguá - PR	18,3%	13,4%	14,7%	15,0%	13,5%	15,2%	11,6	10,6
Manaus - AM	13,9%	13,6%	10,8%	9,6%	9,7%	8,0%	6,97	6,9
Vitória – ES	11,7%	11,0%	9,8%	8,2%	7,0%	5,8%	9,3	10,8
Santarém - PA	4,6%	5,2%	4,0%	3,0%	3,3%	3,4%	5,3	4,6
São Francisco do Sul - SC	7,2%	3,7%	3,3%	3,0%	3,3%	3,2%	6,2	4,8
Outros	3,7%	2,7%	1,3%	1,3%	2,0%	2,4%	3,2	8,1
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: MDIC, 2013

Além das deficiências nas interligações na malha viária estadual, as estradas apresentam baixa qualidade. O quadro 3 mostra que a trafegabilidade, em todas as rodovias estaduais, estava ruim. As vias federais foram consideradas regulares, no que se refere à trafegabilidade.

Quadro 3 – Classificação geral das rodovias em Mato Grosso - 2011

Rodovia	Extensão pesquisada (Km)	Classificação geral
MT-130	112	ruim
MT-208	46	ruim
MT-240	59	ruim
MT-246	85	ruim
MT-320	154	ruim
MT-343	80	ruim
MT-358	124	ruim
BR-070	841	regular
BR-158	481	ruim
BR-163	1.124	regular
BR-174	602	regular
BR 242	45	regular
BR-364	1.381	regular

Fonte: CNT – 2011

A precariedade do sistema viário no Estado impacta econômica, social e ambientalmente, não só porque eleva os custos de transportes, mas também, amplia a emissão de poluentes e contribui para ocorrências de acidentes nas rodovias.

Outros componentes importantes para a logística de Mato Grosso são os sistemas energéticos e de armazenagem. Apesar das grandes distâncias e das dificuldades de acesso, a energia elétrica está distribuída em quase todo Estado. Nos últimos anos, com as novas construções de usinas hidrelétricas e ampliações das redes de transmissão foram superadas deficiências na oferta de energia elétrica no Estado.

O sistema de armazenagem, elo central da logística, ainda apresenta deficiências em Mato Grosso. Melhorou nas últimas décadas, mas os pequenos e médios produtores ainda encontram dificuldades de acesso e a distribuição dos armazéns não está equilibrada no território mato-grossense, portanto o problema ainda persiste.

O Estado precisa de infraestrutura de transporte capaz de suportar a demanda crescente de veículos, de carga e que garanta a entrada e o escoamento dos produtos. Diante disso, novos investimentos em logística de

transportes fazem necessários para alavancar a economia mato-grossense. O Governo Estadual investe, por meio do Programa MT Integrado e Competitivo, recursos no valor de R$2,1 bilhões em obras para tornar perene a malha rodoviária e melhorar as condições de segurança e trafegabilidade nas rodovias estaduais. Estão contempladas ações de pavimentação, revitalização de rodovias e construção de pontes de concreto. Os principais objetivos do programa são ligar todos os municípios por vias pavimentadas, construir 9,7 mil metros de pontes de concreto e revitalizar 986,7 quilômetros.

No âmbito do programa de infraestrutura de transporte, denominado MT Integrado tem 45 contratos com recursos aprovados junto ao BNDES/Banco do Brasil para implementação e pavimentação de 1.783,3 km de rodovias estaduais. Das obras previstas foram realizadas obras de pavimentação asfáltica em 478,5 km de rodovias deste total, em 2014.

Ainda no âmbito do programa MT Integrado, também foi aprovado pelo BNDES o projeto MT Infraestrutura e Inclusão Social, com O objetivo do construir pontes de concreto nas travessias de rios e córregos dentro do território mato-grossense. A meta estabelecida no projeto foi de construir 9,7 mil metros de pontes de concreto nas travessias de rios e córregos que cruzam as BR-242, MT-010, MT- 020, MT-040, MT-050, MT-060, MT-109, MT-100, MT-110, MT-130, MT-140, MT-160, MT-170, MT-175, MT-199, MT-206, MT-208, MT-220, MT-235, MT-240, MT-241, MT-242, MT-244, MT-246/339, MT-249, MT-260, MT-270, MT-299, M-320, MT-322, MT-325, MT-336, MT-338, MT-343, MT-351, MT-400, MT-410, MT-413, MT-419, MT-423, MT-430, MT-431, MT-456, MT-465, MT-467, M- 473, MT-488, MT-490, MT-492, MT- 241 e Rodovia de Acesso Centro de Treinamento da Copa 2014. Deste total, foram concluídos 978 metros de pontes de concreto nas MT's 456, 010, 170, 130, 208, 241, 251, 430, 422 e 494.

Em 2014, estavam em fase de execução obras para construção de 2.133 metros de pontes nas MT-010, MT 220, MT-494, MT-437, MT-208/MT-325, MT-418 MT-242, MT-251, MT-241 e MT-060 e encontrava paralisadas as

intervenções no entroncamento da Avenida Miguel Sutil, em Cuiabá e Trevo do Lagarto em Várzea Grande encontravam paralisadas.

Estavam em andamento, também, as obras contempladas no projeto de revitalização de rodovias, cuja meta era de revitalizar 986,7 quilômetros nas: MT-100, MT-130, MT-175, MT-246, MT- 270,-MT- 320, MT- 344, MT-170, MT-220/325.

Quanto aos projetos para a realização da copa do mundo de futebol em Cuiabá, foram contratadas 52 obras de mobilidade. Deste total, 8 foram concluídas, 14 encerradas sem recebimento definitivo, 22 estão em andamento, 7 foram rescindidas e uma não foi executada.

Entretanto, a grande expectativa da sociedade foi em relação à obra de implantação do Veiculo Leve sobre Trilhos – VLT, pois estão ansiosos para usufruírem das melhorias proporcionadas pela mobilidade urbana interligando Cuiabá e Várzea Grande. Sem duvida esta obra pode provocar significativas mudanças qualitativas na estrutura urbana de ambos municípios, no tocante ao fluxo do transito

Cabe destacar que entre as obras entregues, muitas já apresentaram inúmeros problemas como, por exemplo, nos sistemas elétrico e de drenagem, além de pendências de algumas empresas contratadas com a extinta SECOPA e indenizações de, aproximadamente R$ 28,0 milhões, relativas às desapropriações (quase 300) necessárias para execução das obras. Para 2015, os desafios são: planejar, fiscalizar e gerir o cumprimento dos contratos estabelecidos visando às conclusões das obras e realizar as adequações pendentes conforme contratos estabelecidos.

FINANÇAS PÚBLICAS

Comportamento das Receitas

Os volumes arrecadados das receitas correntes em relação ao total das receitas do Estado, em 2009, foram de 91,52% e das receitas tributárias foram de 50,21%. Em 2013, a participação das receitas correntes caiu para 85,78% do total das receitas e as receitas tributárias, para 48,28%. Esta redução foi devido ao aumento das arrecadações das receitas de capital, que subiu de 3,03% em 2009 para 7,98 em 2013, conforme mostra a tabela 10.

Tabela 10 – Volumes arrecadados das receitas do estado de Mato Grosso - 2009/2013

Especificação	2009	Var. (%)	2013	Var. (%)
Receitas correntes	**8.873.418.410**	**91,52**	**15.618.318.726**	**85,78**
Receita tributária	**4.867.978.763**	**50,21**	**8.790.504.021**	**48,28**
Receita de contribuições	816.696.707	8,42	1.240.089.064	6,81
Receita patrimonial	104.857.015	1,08	156.785.120	0,86
Receita agropecuária	122.593	-	101.355	-
Receita industrial	2.367.796	0,02	4.891.225	0,03
Receitas de serviços	209.215.783	2,16	375.649.364	2,06
Transferências correntes	2.456.775.276	25,34	3.237.357.495	17,78
Outras receitas correntes	415.404.477	4,28	1.812.941.083	9,96
Reversões da receita	-	-	1.165.005.744	6,40
Receitas de capital	**293.964.739**	**3,03**	**1.453.222.741**	**7,98**
Operações de crédito	95.566.000	0,99	1.131.838.691	6,22
Transferências de convênios	162.673.599	1,68	293.220.310	1,61
Demais receitas de capital	35.725.140	0,37	28.163.740	0,15
Receita orçamentária	**9.167.383.149**	**94,55**	**17.071.541.467**	**93,76**
Receita intra-orçamentárias	528.657.952	5,45	1.135.469.531	6,24
Receita total	**9.696.041.101**	**100,00**	**18.207.010.998**	**100,00**

Fonte: SEPLAN, 2014

Outro ponto importante diz respeito à evolução da receita realizada, conforme mostram os dados da tabela 11. Observado o período de 2009 a 2013 as receitas de capital realizadas cresceram 394,35% e as realizações das operações de crédito, 1.084,35%.

Tabela 11 – Evolução das receitas realizadas do estado de Mato Grosso, no período de 2009 a 2013

Especificação	2009	2010	2011	2012	2013	Variações, 2009/2013 (%)
Receitas correntes	**8.873.418.410**	**9.681.116.941**	**10.871.902.576**	**13.699.867.756**	**15.618.318.726**	**76,01**
Receitas tributárias	**4.867.978.763**	**5.192.572.850**	**5.749.470.750**	**7.708.222.790**	**8.790.504.021**	**80,58**
Receita de contribuições	816.696.707	884.852.294	902.424.217	1.215.772.807	1.240.089.064	51,84
Receita patrimonial	104.857.015	85.659.214	93.347.561	174.823.284	156.785.120	49,52
Receita agropecuária	122.593	73.598	126.498	168.063	101.355	-17,32
Receita industrial	2.367.796	2.333.756	2.149.372	2.280.027	4.891.225	106,57
Receitas de serviços	209.215.783	231.508.935	231.042.932	349.280.771	375.649.364	79,55
Transferências correntes	2.456.775.276	2.684.860.635	3.080.045.357	3.213.552.505	3.237.357.495	31,77
Outras receitas correntes	415.404.477	599.255.660	813.295.889	1.035.767.133	1.812.941.083	336,43
Reversões da receita	-	-	361.377.389	505.320.191	1.165.005.744	-
Receitas de Capital	**293.964.739**	**619.025.757**	**264.105.120**	**1.445.872.660**	**1.453.222.741**	**394,35**
Operações de crédito	95.566.000	364.338.994	90.045.886	1.329.846.368	1.131.838.691	1.084,35
Transferências de convênios	162.673.599	245.576.400	62.873.721	91.567.087	293.220.310	80,25
Demais receitas de capital	35.725.140	9.110.364	111.185.514	24.459.204	28.163.740	-21,17
Receita Orçamentária	**9.167.383.149**	**10.300.142.698**	**11.136.007.696**	**15.145.740.416**	**17.071.541.467**	**86,22**
Receita intra-orçamentária	528.657.952	684.150.087	796.582.652	966.071.827	1.135.469.531	114,78
Receita total	**9.696.041.101**	**10.984.292.785**	**11.932.590.348**	**16.111.812.243**	**18.207.010.998**	**87,78**

Fonte: SEPLAN, 2014.

Observar o comportamento das receitas estaduais torna-se importante, uma vez que, a economia mato-grossense é altamente dependente dos produtos primários, destinados ao mercado externo. A exportação desses produtos impulsiona a economia estadual, mas também, evidencia problemas porque os principais produtos vendidos para o exterior são beneficiados pela lei de isenção fiscal. Isto ocasiona perdas tributárias, pois as restrições fiscais limitam a capacidade de financiamento das políticas públicas.

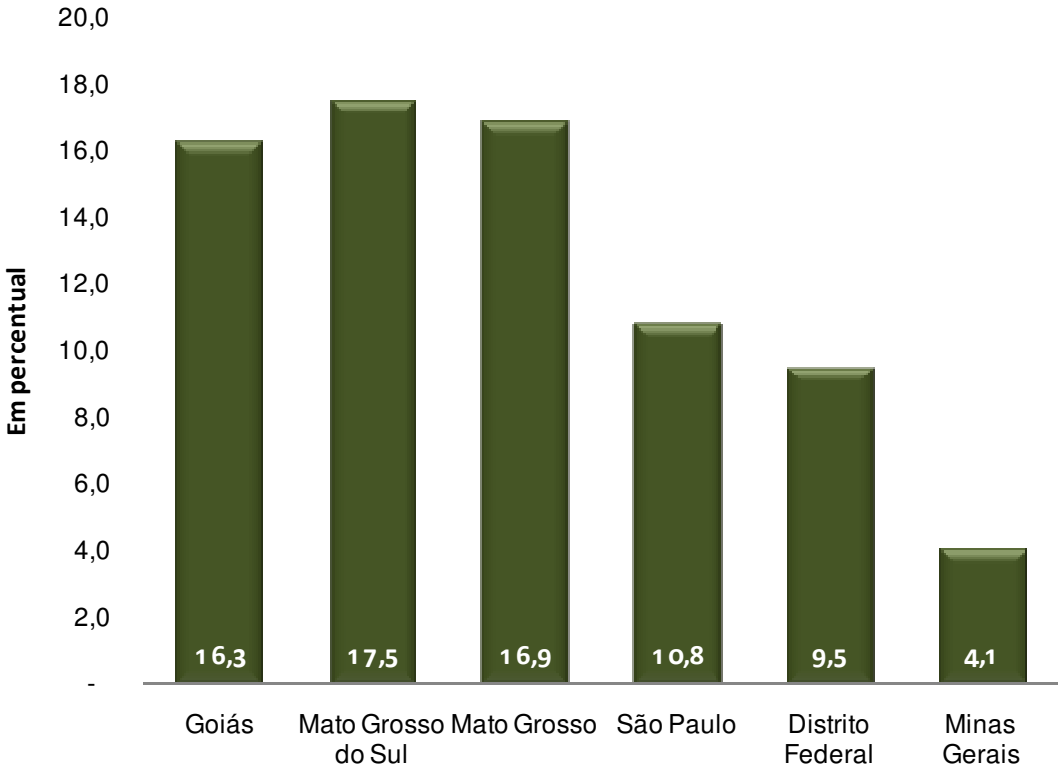
Cabe esclarecer que ao analisar os dados brutos de receitas e despesas disponibilizadas no orçamento não permite identificar as razões das diferenças encontradas devido à complexidade dos mecanismos de registros contábeis de destas informações.

Assim ao analisar estas informações precisamos considerar as seguintes deduções especificadas no balanço geral do Estado: reversão de receita, transferências aos municípios, renuncia fiscal e outras deduções.

São estes mecanismos de lançamentos contábeis, usados pela contabilidade estadual que causam distorções entre a análise real do comportamento das receitas e das despesas, o que compromete o planejamento e a capacidade financeira do Estado.

Por isso estamos trabalhando para tornar este processo mais transparente e acessível a todos os cidadãos

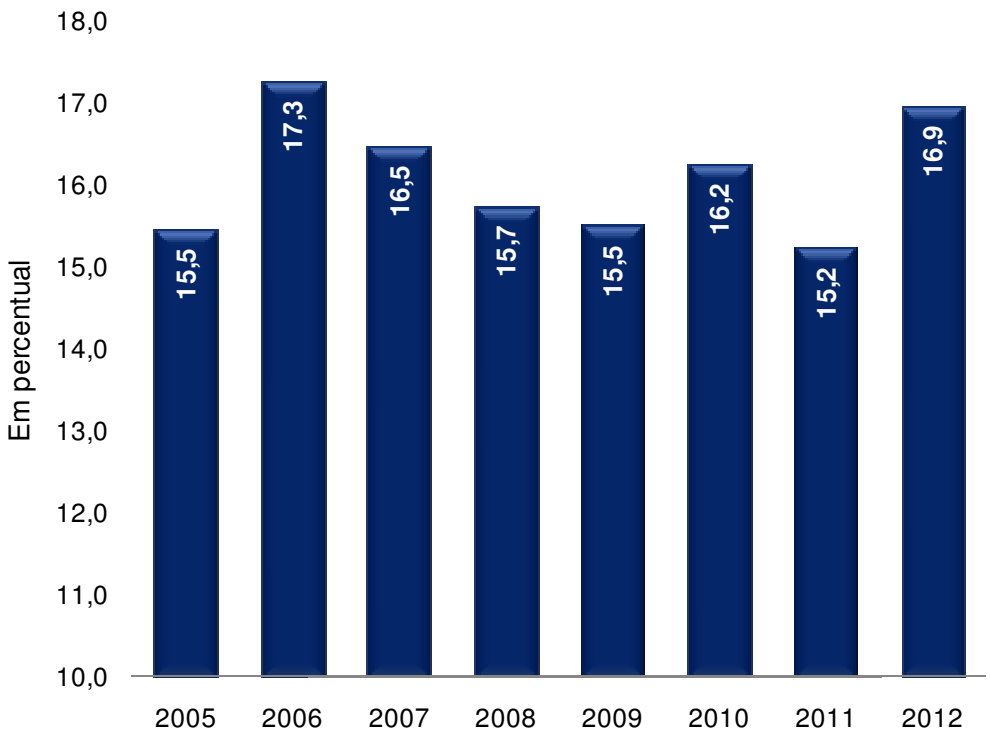
Gráfico 36 - Relação entre a receita corrente e o PIB de Mato Grosso – 2005-2012



Fonte: STN, 2014

A receita corrente do Estado alcançou, em 2012, 16,9% do PIB estadual, índice superior à média do estado de São Paulo que registrou 10,8%, mas com esse desempenho Mato Grosso ficou atrás do estado de Mato Grosso do Sul. A evolução recente da capacidade fiscal de Mato Grosso mostrou que, a partir de 2006, o Estado diminuiu a sua capacidade de arrecadação de 17,3% para 15,2% do PIB em 2011 e com 16,9% em 2012, ano em que retoma a trajetória de crescimento da receita em relação ao PIB estadual. (Gráfico 37).

Gráfico 37 – Relação entre a receita corrente e o PIB de Mato Grosso e estados selecionados – 2012



Fonte: STN, 2014

A capacidade de aumentar receitas próprias desempenha papel relevante na promoção do desenvolvimento dos estados brasileiros, para fazer face a elevados volumes de investimentos que dependem, especialmente, das arrecadações tributárias. Nos últimos anos, Mato Grosso aumentou seus investimentos, de 13,8%, em 2005 para 18,2% em 2013. Vale registrar que em um período de oito anos os investimentos aumentaram de R$ 605,1 bilhões para R$ 1,7 bilhão em 2013. Isto representa um incremento de 194,7% no volume de investimentos no Estado.

Comportamento dos Gastos

Da análise comparada da execução das despesas consolidadas do Estado no exercício de 2009 e 2013, conforme tabelas 12 e 13, observa-se que houve crescimento tanto na execução relativamente ao orçado, mostrando programação deficitária, prejudicial ao planejamento e a priorização dos gastos, como evolução das despesas ao longo dos anos. A exceção quanto à variação crescente dos gastos relativamente à programação inicial ocorre apenas nos grupos de juros e encargos da dívida no exercício de 2013 e investimentos.

No caso dos juros e encargos, a redução do pagamento foi consequência da quitação do resíduo da dívida do contrato da Lei nº 9496/97 com o empréstimo obtido junto o *Bank of America* no exercício de 2012, medida que melhorou o fluxo de caixa da Gestão 2012-2014, mas que endividou o Estado numa operação externa com risco cambial. Os investimentos executados abaixo do previsto foi resultado da não efetivação de todas as operações de créditos contratadas em 2013.

Tabela 12 – Despesas do estado de Mato Grosso orçadas e empenhadas no exercício de 2009

EXERCÍCIO 2009	ORÇADO			EMPENHADO		
DESPESA POR GRUPO DE DESPESA	RECURSOS DE TODAS AS FONTES					
ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
Pessoal e Encargos Sociais	2.475.152.703	1.133.420.164	3.608.572.867	2.735.953.949	1.189.948.141	3.925.902.090
Juros e Encargos da Dívida	413.046.203	-	413.046.203	473.151.602	-	473.151.602
Outras Despesas Correntes	2.398.730.597	462.212.843	2.860.943.440	2.806.927.029	561.441.115	3.368.368.143
Investimentos	528.984.984	27.392.824	556.377.808	1.150.264.199	21.833.007	1.172.097.205
Inversões Financeiras	16.053.962	420.000	16.473.962	12.484.380	-	12.484.380
Amortização da Dívida	263.976.417	-	263.976.417	350.246.997	-	350.246.997
Reseva de Contingência	52.522.035	-	52.522.035	-	-	-
TOTAL	**6.148.466.901**	**1.623.445.830**	**7.771.912.731**	**7.529.028.155**	**1.773.222.262**	**9.302.250.417**

Fonte SEPLAN, 2010

Tabela 13 – Despesas do estado de Mato Grosso orçadas e empenhadas no exercício de 2013

EXERCÍCIO 2013	ORÇADO			EMPENHADO		
DESPESA POR GRUPO DE DESPESA	RECURSOS DE TODAS AS FONTES					
ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
Pessoal e Encargos Sociais	4.143.268.692	2.103.762.266	6.247.030.958	4.319.025.574	2.553.262.528	6.872.288.102
Juros e Encargos da Dívida	508.624.155	2.235.389	510.859.544	287.319.400	1.813.801	289.133.201
Outras Despesas Correntes	2.030.249.155	647.473.818	2.677.722.973	2.059.785.195	770.887.943	2.830.673.138
Investimentos	2.918.257.568	21.074.254	2.939.331.823	2.352.323.982	11.249.160	2.363.573.142
Inversões Financeiras	2.673.600	-	2.673.600	12.194.342	-	12.194.342
Amortização da Dívida	341.014.082	-	341.014.082	353.751.468	0	353.751.469
Reseva de Contingência	91.715.894	-	91.715.894	-	-	-
TOTAL	**10.035.803.146**	**2.774.545.728**	**12.810.348.874**	**9.384.399.961**	**3.337.213.432**	**12.721.613.393**

Fonte SEPLAN, 2014

Cabe destacar, que a prática reiterada do planejamento orçamentário deficitário não reflete prudência fiscal por parte da gestão, ao contrário, demonstra incapacidade de planejar e definir prioridades para o alcance de metas e resultados. A consequência disso é o crescimento desordenado dos gastos sem melhora na prestação dos serviços público, como pode se observar nas tabelas 14 e 15.

Quando se considera a evolução das despesas de um período em relação a outro é constatada uma evolução de 136,8%. Os grupos de despesas que mais cresceram foram pessoal e encargos sociais e investimentos.

Para que o Estado execute suas ações e atenda as demandas sociais é de suma importância que se tenha um quadro de servidores preparados e bem remunerado, contudo o crescimento excessivo das despesas de pessoal em um período curto de tempo, necessariamente, compromete a capacidade de execução de ações programáticas que atendem diretamente a população, cabendo aqui ser resgatado um conceito econômico básico: as necessidades são infinitas e os recursos são escassos. Além de infringir os limites legais exigidos para esta despesa, que uma vez atingidos ou ultrapassados restringem a capacidade do Estado de suprir com novas contratações em áreas precípuas e de alto impacto social, como a saúde e a segurança pública.

O Governo necessariamente precisa gerir todas as despesas de forma a equilibrar proporcionalmente sua destinação. Já os investimentos no período que ora se analisa foi impactado pelos projetos Copa do Mundo e Pavimentação de Rodovias, não sendo financiados com recursos próprios no período e sim com operações de crédito, que resultaram no crescimento do endividamento do Estado. Embora se note nas tabelas 14 e 15 uma redução no desembolso com o serviço da dívida, juros e amortização, a partir do exercício de 2015 o Estado de Mato Grosso retoma o pagamento do serviço da dívida estadual a patamares acima de R$ 1,2 bilhão como era antes da operação *Bank ok America*.

Ao observar a tabela 15, especificamente o grupo de outras despesas correntes se tem uma impressão equivocada de redução desta despesa com eficiência na gestão, e esta análise é relevante por duas razões: 1) a capacidade de financiamento do Estado é limitada, assim quando um grupo cresce sem controle automaticamente outros precisam ser suprimidas, e isso é notado quando registramos que a despesa de pessoal passou de 42% para 54% na participação dos gastos totais, um crescimento de 175% de um período para outro (tabela 14), obrigatoriamente, por insuficiência de receita, os demais gastos correntes foram reduzidos de 36% para 22%; 2) entender esta redução como eficiência na aplicação dos recursos é distorcer a realidade, pois é real e

concreta a insatisfação da atuação do Estado na prestação de serviços essenciais como saúde, educação e segurança pública, e esta é plenamente justificada dada a falta de efetividade da ação estatal no seu papel de prover bens e serviços públicos de qualidade, conforme se confirma o baixo índice do IDEB no Estado, o crescimento da violência, onde o Estado é destaque nacional, e a precariedade no atendimento dos serviços de saúde.

Tabela 14 – Variação percentual das despesas do Estado, no período de 2009 a 2013.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃOD OS GASTOS - PERÍODO DE 2009 A 2013			
DESPESA POR GRUPO DE DESPESA	**VARIAÇÃO NOMINAL**		
ESPECIFICAÇÃO	**2009**	**2013**	**VAR.%**
Pessoal e Encargos Sociais	3.925.902.090	6.872.288.102	175,0%
Juros e Encargos da Dívida	473.151.602	289.133.201	61,1%
Outras Despesas Correntes	3.368.368.143	2.830.673.138	84,0%
Investimentos	1.172.097.205	2.363.573.142	201,7%
Inversões Financeiras	12.484.380	12.194.342	97,7%
Amortização da Dívida	350.246.997	353.751.469	101,0%
Reseva de Contingência	-	-	-
TOTAL	**9.302.250.417**	**12.721.613.393**	**136,8%**

Fonte SEPLAN, 2014

Tabela 15 – Percentual das despesas empenhadas no período de 2009 a 2013.

EVOLUÇÃO 2009/2013	EXERCÍCIO DE 2009			EXERCÍCIO DE 2013		
DESPESA POR GRUPO DE DESPESA	RECURSOS DE TODAS AS FONTES					
ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO	EMPENHADO	PART. EMP.%	ORÇADO	EMPENHADO	PART. EMP.%
Pessoal e Encargos Sociais	3.608.572.867	3.925.902.090	42,2%	6.247.030.958	6.872.288.102	54,0%
Juros e Encargos da Dívida	413.046.203	473.151.602	5,1%	510.859.544	289.133.201	2,3%
Outras Despesas Correntes	2.860.943.440	3.368.368.143	36,2%	2.677.722.973	2.830.673.138	22,3%
Investimentos	556.377.808	1.172.097.205	12,6%	2.939.331.823	2.363.573.142	18,6%
Inversões Financeiras	16.473.962	12.484.380	0,1%	2.673.600	12.194.342	0,1%
Amortização da Dívida	263.976.417	350.246.997	3,8%	341.014.082	353.751.469	2,8%
Reseva de Contingência	52.522.035	-	-	91.715.894	-	-
TOTAL	7.771.912.731	9.302.250.417	100,0%	12.810.348.874	12.721.613.393	100,0%

Fonte SEPLAN, 2014

Em resumo, a execução da despesa de 2009 a 2013, conforme se comprova dos números apresentados nas tabelas de 12 a 15 reflete um planejamento precário do orçamento estadual, com deficiência na distribuição e alocação dos recursos, baixa capacidade de investimentos com recursos próprios levando o Estado ao endividamento crescente e, novamente, ao aumento do comprometimento de suas receitas líquidas, que são escassas, para pagamento do serviço da dívida pública, assim como a ausência de equilíbrio e racionalização na utilização dos recursos para atender as reais necessidades da população. Enfim, o que se constata, desta breve análise, é um crescimento dos gastos, mal planejados e sem a justa e devida contraprestação social.

Como as senhoras e os senhores puderam constatar diante dos resultados apresentados que são grandes desafios para os próximos anos. No plano social são grandes os problemas herdados pelo Governo que se inicia e demandam soluções urgentes.

Na educação o desafio agora é a elevar a qualidade da educação básica. Os esforços serão grandes também para que o Estado possa cumprir as metas do PNE (Plano Nacional de educação) e PEE (Plano Estadual de Educação). Para o ensino médio, no entanto é necessário avançar nas políticas de oferta e permanência nesta etapa de ensino. É necessário intensificar esforços para reduzir os elevados índices de analfabetismo da população adulta.

Visando enfrentar os desafios do setor de educação estão elencados no eixo “Educar para Transformar e Emancipar o Cidadão” grandes blocos de ações prioritárias que orientarão minhas iniciativas e meus projetos para os próximos 4 anos de Governo. Dentre as ações estão: melhorias da qualidade do ensino médio, criação de instrumentos de cooperação com os municípios para a melhoria da educação infantil e básica, erradicação do analfabetismo, redução do analfabetismo funcional. ampliação do atendimento escolar a jovens e adultos, Fortalecimento da educação profissional, melhorias da

infraestrutura das escolas públicas estaduais, valorização dos profissionais da educação e fortalecimento da pesquisa e extensão.

Na área da saúde, também são muitos os desafios. Dentre eles, está o de garantir atendimento digno ao cidadão e diminuir o sofrimento das famílias mato-grossense que necessitam dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde. Equacionar os problemas enfrentados pelo setor saúde é uma prioridade no Governo que se inicia. No meu plano de governo é uma prioridade do eixo “Viver Bem”, que visam: ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de atenção básica, consolidar a vigilância em saúde como base do modelo de atenção à saúde, ampliar e regionalizar a rede estadual de serviços públicos de saúde para atendimento de média e alta complexidade, fortalecer a articulação regional para prestação de serviços de saúde, buscar a eficiência e humanização do SUS.

Quanto a segurança pública, este governo tem o desafio de diminuir as elevadas taxas de criminalidade no Estado. Reduzir a taxa de homicídios configura-se numa necessidade urgente! Não podemos permitir que tantas vidas sejam ceifadas acabando com sonhos e esperanças de tantas famílias mato-grossenses. Para tanto, o eixo Viver Bem também apresenta um conjunto de ações imprescindíveis para enfrentar o problema da criminalidade e da violência no Estado. Os compromissos do Governo de Mato Grosso para os próximos 4 anos são: ampliar da presença e da proximidade da polícia nas comunidades, integrar multissetorial das ações para enfrentamento às drogas, fortalecer o sistema de inteligência da segurança pública, reduzir mortes violentas intencionais e não intencionais, ampliar os investimentos na segurança pública, combater os desvios de conduta e corrupção.

Na área econômica, o Estado precisa enfrentar os estrangulamentos na área infraestrutural, particularmente, a infraestrutura de transporte que comprometem a competitividade da economia estadual e inibem sua integração interna e externa. Ainda relacionados aos problemas de infraestrutura estão as execução das obras de mobilidade urbana, especialmente, as obras do Veículo

Leve sobre Trilhos (VLT). Outro grande desafio é diminuir a vulnerabilidade da economia de Mato Grosso, ocasionada pela dependência do mercado externo, especialmente, da China. Nesse sentido, apresento no eixo “Estado Parceiro e Empreendedor” as ações: ampliação da infraestrutura de transporte no Estado, fortalecimento da agricultura familiar, diversificação da estrutura produtiva da economia, ampliação e melhoria das relações comerciais, fortalecimento da política industrial do Estado, fortalecimento das cadeias produtivas (piscicultura, turismo), desenvolvimento do potencial mineral do Estado, melhorias da capacidade de arrecadação do Estado e promoção de segurança jurídica nas relações tributárias.

Aproveitamos para agradecer a este Parlamento pelo espírito cívico e cidadão para com os interesses da sociedade mato-grossense.

Agradecemos também o comprometimento dos Secretários de Estado, dos Presidentes de Autarquias, das Fundações, de todos servidores públicos, à minha família, à sociedade civil organizada e à imprensa mato-grossense. Temos a certeza que o ano de 2015 será um ano de muito esforço e determinação!

Muito obrigado.

JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, de 02 de fevereiro de 2015